



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

BOLETIM DE TRABALHO

DO RIO GRANDE DO SUL

V. 6 N. 2

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Governador: Eduardo Leite

Vice-Governador: Gabriel Vieira de Souza

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

Secretário: Danielle Calazans

Secretário Adjunto: Bruno Silveira

Subsecretária de Planejamento: Carolina Mór Scarparo

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

Diretor: Pedro Tonon Zuanazzi

Divisão de Análise Econômica: Martinho Roberto Lazzari

BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL

V. 6, N. 2, junho 2024

Porto Alegre, RS

Bol. Trab.	Porto Alegre	v. 6	n. 2	p. 1-33	jun. 2024
------------	--------------	------	------	---------	-----------

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho>

Departamento de Economia e Estatística (DEE-SPGG)

Av. Borges de Medeiros, 1501 - 20.º andar

Porto Alegre - RS - 90119-900

Fone: (51) 3288-1196

E-mail: dee@planejamento.rs.gov.br

Homepage: <https://dee.rs.gov.br/inicial>

Diretor: Pedro Tonon Zuanazzi

Chefe da Divisão de Análise Econômica: Martinho Roberto Lazzari

Equipe Técnica: Guilherme Gaspar de Freitas Xavier Sobrinho e Raul Luís Assumpção Bastos

Revisão Técnica: Martinho Roberto Lazzari

Revisão de Língua Portuguesa: Susana Kerschner

Projeto Gráfico: Vinicius Ximendes Lopes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Boletim de trabalho do Rio Grande do Sul / Secretaria de Planejamento,
Governança e Gestão, Departamento de Economia e Estatística – V. 1, n. 1,
(2019)- . – Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e
Gestão, 2019- .
v. : il.

Trimestral.

1. Mercado de trabalho – Rio Grande do Sul. 2. Trabalho formal – Rio
Grande do Sul. I. Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e
Gestão. Departamento de Economia e Estatística.

CDU 331.5(816.5)

Bibliotecário responsável: João Vítor Ditter Wallauer – CRB 10/2016

O Boletim de Trabalho oferece, trimestralmente, análises sobre o mercado de trabalho no Rio Grande do Sul, aprofundando, a cada edição, algum aspecto referente à força de trabalho e à ocupação, em dimensões como os rendimentos, o perfil demográfico dos trabalhadores e as diferentes formas de inserção no mercado.

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO	4
1 O MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2024	6
1.1 PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO	6
1.2 NÍVEL DE OCUPAÇÃO E TRABALHO INFORMAL	8
1.3 SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	11
1.4 RENDIMENTOS DOS OCUPADOS	15
1.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
2 EMPREGO FORMAL: O RS NA PERSPECTIVA NACIONAL E A EVOLUÇÃO DO EMPREGO GAÚCHO NOS ÚLTIMOS 12 MESES	19
2.1 O DESEMPENHO DO RS E A DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO EMPREGO NO BRASIL	19
2.2 RESULTADOS SETORIAIS NO RS: SERVIÇOS SUSTENTAM VARIAÇÃO POSITIVA; INDÚSTRIA ELIMINA EMPREGOS	22
2.3 ATRIBUTOS PESSOAIS: REFORÇO DA PARTICIPAÇÃO DE MULHERES, TRABALHADORES JOVENS E INDIVÍDUOS COM ENSINO MÉDIO	26
2.4 OS RESULTADOS NAS REGIÕES FUNCIONAIS DO RS E SUA DIVERSIDADE	27
2.5 SALÁRIOS MÉDIOS DE ADMISSÃO NO BRASIL, NO RS E NOS SETORES DE ATIVIDADE GAÚCHOS	29
2.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
Box	32
PERSPECTIVAS PARA O MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL A PARTIR DO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2024	32
REFERÊNCIAS	33

SUMÁRIO EXECUTIVO

Na **seção 1** deste número do **Boletim de Trabalho do Rio Grande do Sul**, elaborada com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tem-se por objetivo apresentar o desempenho de alguns dos principais indicadores do mercado de trabalho do Estado no primeiro trimestre de 2024, em perspectiva comparada com os de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e o do País.

No RS, no primeiro trimestre de 2024, na margem, tanto a taxa de participação na força de trabalho quanto o nível de ocupação permaneceram estáveis — as suas oscilações não tiveram significância estatística — em 66,0% e 62,2% respectivamente. Na mesma base comparativa, a taxa de desocupação estadual elevou-se de 5,2% para 5,8%. Esse comportamento do indicador era esperado, uma vez que, por fatores sazonais, costuma aumentar no primeiro trimestre do ano. Já na referência comparativa interanual, no primeiro trimestre de 2024, a taxa de desocupação manteve-se estável no RS, assim como em SC e no PR, enquanto, em SP e no plano nacional, evidenciou queda.

A incidência da desocupação de longo prazo, que corresponde à parcela relativa de desocupados com tempo de procura por trabalho igual ou superior a um ano, na comparação do primeiro trimestre de 2024 com o mesmo trimestre do ano anterior, registrou redução no RS (de 28,1% para 24,6%), no PR (de 27,4% para 23,8%) e no País (de 34,2% para 33,4%); de forma distinta, elevou-se em SC (de 21,9% para 26,7%) e em SP (de 32,2% para 34,5%).

Ainda no âmbito das medidas de subutilização da força de trabalho, a taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas, no primeiro trimestre de 2024, em relação ao primeiro trimestre de 2023, registrou aumento no RS, de 8,6% para 10,0%, comportamento díspar ao de SC, PR, SP e ao do País, em que não se verificou incremento desse indicador.

Quanto à segmentação da estrutura ocupacional, a taxa de informalidade, no primeiro trimestre de 2024, manteve-se estável no RS (31,8%), bem como em SC (27,4%), no PR (31,3%), em SP (31,0%) e no plano nacional (38,9%).

O rendimento médio real habitual dos ocupados, no primeiro trimestre de 2024, tanto na margem quanto em termos interanuais, permaneceu estável no RS, em R\$ 3.386. Nessa última referência comparativa, registrou variações positivas no PR, em SP e no País e estabilidade em SC.

Uma medida sumária de desigualdade, o coeficiente de Gini do rendimento real habitual dos ocupados, no primeiro trimestre de 2024, ante o primeiro trimestre de 2023, evidenciou piora no RS (de 0,4452 para 0,4485), no Paraná (de 0,4307 para 0,4427) e em SP (de 0,4850 para 0,4862) e leve melhora em SC (de 0,3941 para 0,3926) e no País (de 0,4909 para 0,4898).

A massa de rendimento real habitual dos ocupados, no primeiro trimestre de 2024, seja na margem, seja na referência comparativa interanual, manteve-se estável no RS, em R\$ 19,6 bilhões. Nessa última base comparativa, o indicador registrou variações positivas de 7,2% em SC, 10,7% no PR, 7,5% em SP e de 6,6% no País. O comportamento da massa de rendimento real habitual dos ocupados no RS, no primeiro trimestre de 2024, foi determinado pela estabilidade tanto do contingente de ocupados quanto do rendimento médio real habitual.

Na **seção 2**, o interesse analítico concentra-se na evolução do emprego formal no Rio Grande do Sul — situando-a no contexto do País —, a partir da série estatística do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), cujos resultados avançam até o final de abril último. O Estado registrou crescimento de 2,2% do número de vínculos formais de trabalho nos últimos 12 meses disponíveis, com uma elevação de 60,6 mil postos. No agregado do País, a variação foi de 3,8%, e esse persistente diferencial negativo do mercado formal gaúcho mantém o Estado na última posição, entre as 27 unidades da Federação (UFs), no ordenamento do crescimento relativo do emprego, tanto no recorte temporal mais recente quanto no acumulado de quatro anos, desde abril de 2020. Nesse período mais amplo, analisam-se as alterações nas participações relativas das regiões do País — e do RS — no estoque de empregos formais, em que — com destaque para o Estado — perdem espaço as Regiões Sudeste e Sul, em favor das Regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste.

A distribuição setorial do emprego adicional gerado no Estado entre abril de 2023 e o mesmo mês deste ano evidencia grande concentração no setor serviços, responsável por 77,0% do saldo. A indústria foi o único setor a registrar diminuição do número de postos. Máquinas e equipamentos e couro e calçados destacaram-se pelas maiores retrações de seus contingentes, mas chegou a nove, dentre 24, o número de segmentos da indústria de

transformação do Estado que registraram redução do emprego. Já as atividades que geraram saldos positivos mais elevados no número de empregados formais integravam os setores serviços (serviços de escritório e administrativos, e saúde, nas primeiras posições) e comércio.

Quanto ao perfil dos trabalhadores adicionais incorporados ao mercado formal nos últimos 12 meses da série, reencontraram-se as evidências que vêm repetindo-se nas análises trimestrais: em primeiro lugar, um leve predomínio das mulheres (50,6%), que sinaliza a continuidade do encurtamento da distância entre os sexos na distribuição do contingente de empregados formais do Estado, na qual os homens ainda eram maioria ao final de 2022, segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do MTE; em segundo, a concentração das contratações adicionais no segmento etário com até 24 anos, cujo saldo (admissões menos desligamentos) superou o do conjunto de trabalhadores, sendo “compensado” por retrações nas faixas a partir dos 30 anos de idade. Por fim, a sobrerrepresentação dos indivíduos com ensino médio completo ou incompleto nas admissões adicionais, que desloca não apenas os menos escolarizados, mas, também, os trabalhadores com ensino superior incompleto ou completo. Estes últimos tiveram resultado negativo, nos 12 meses mais recentes, mesmo com o crescimento agregado de 2,2% do mercado formal gaúcho.

As nove Regiões Funcionais (RFs) do Estado atingiram variações positivas do emprego formal entre abril de 2023 e abril de 2024. Os percentuais, no entanto, mostraram forte dispersão, distribuindo-se entre um mínimo de 0,6% na RF 7 (Nordeste) e um máximo de 4,0% na RF 9 (Norte). No acumulado de quatro anos, a contar de abril de 2020, os resultados das RFs são mais convergentes entre si, e a liderança fica com a RF 4 (Litoral), fortemente dinamizada pela transferência de população a partir da eclosão da pandemia de COVID-19, entre 2020 e 2021. Em última posição, nesse intervalo ampliado, a RF 1, Metropolitana.

Por fim, a série de valores reais dos salários médios de admissão, no Estado, mostra que, entre abril de 2023 e abril último, eles passaram por elevação de 3,8%, resultado bem superior ao do total do País (2,0%). Na indústria, essa variação foi a mais expressiva, atingindo 4,3%.

Tendo em vista os impactos socioeconômicos de grande intensidade provocados pelas enchentes no Rio Grande do Sul ao final de abril e durante maio de 2024 — um período posterior ao analisado por esta publicação —, este número do Boletim traz ainda um *box* no qual se procura elaborar um esboço preliminar das perspectivas para o mercado de trabalho do Estado a partir do segundo trimestre deste ano, sendo o seu foco concentrado em indicadores produzidos pela PNAD Contínua do IBGE.

1 O MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2024¹

O mercado de trabalho do Rio Grande do Sul apresentou um desempenho bastante satisfatório em 2022, tendo-se recuperado da piora sofrida por alguns de seus principais indicadores durante 2020, no contexto da recessão econômica causada pela pandemia de COVID-19 e por uma severa estiagem (Conceição; Lazzari; Fantinel, 2021; Boletim de Trabalho do Rio Grande do Sul, 2023). Nesse sentido, no quarto trimestre de 2022, em comparação com o mesmo trimestre de 2021, ocorreu, no RS, um acréscimo de 278 mil ocupados, e a taxa de desocupação situou-se em 4,8%, seu menor nível desde o quarto trimestre de 2012. Em 2023, em um ambiente de modesto desempenho macroeconômico do Estado (Conceição; Lazzari; Fantinel, 2024), verificou-se um arrefecimento do processo de melhora dos indicadores do mercado de trabalho, no terceiro e no quarto trimestre: o nível de ocupação e a taxa de desocupação mantiveram-se, em termos interanuais, estáveis (Boletim de Trabalho do Rio Grande do Sul, 2024).

Nesta seção, elaborada com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresenta-se o desempenho de alguns dos principais indicadores do mercado de trabalho do Estado no primeiro trimestre de 2024. O desempenho do mercado de trabalho do RS, no primeiro trimestre de 2024, é cotejado com os de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e com o do País. São feitas, ainda, com indicadores selecionados do mercado de trabalho, comparações da evolução da posição relativa do RS, no período sob análise, ante todas as unidades da Federação (UFs). Assim, a presente seção encontra-se organizada em cinco tópicos: participação na força de trabalho; nível de ocupação e trabalho informal; subutilização da força de trabalho; rendimentos dos ocupados; e, por último, as considerações finais.

1.1 PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO

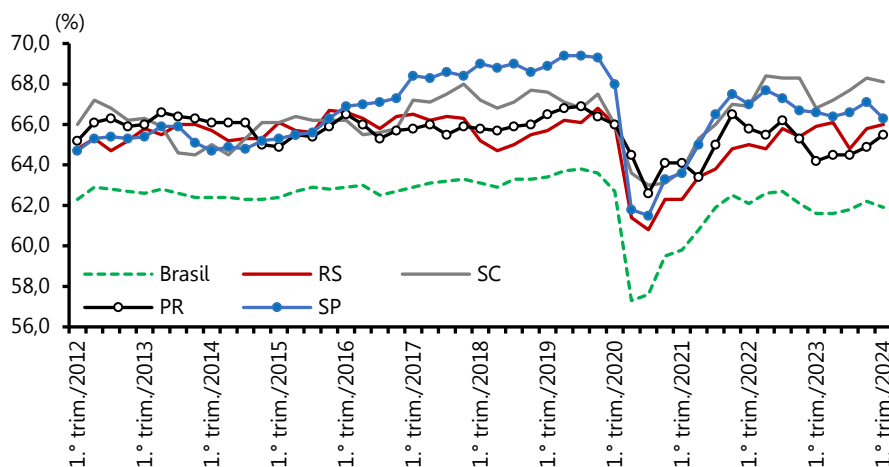
Quando se observam os indicadores do mercado de trabalho pela ótica da oferta de força de trabalho (FT), constata-se que a taxa de participação na força de trabalho (TPFT)² atingiu, no primeiro trimestre de 2023, no RS, 65,9%, nível levemente superior ao do mesmo trimestre de 2019, ou seja, a de um ano que antecedeu aos piores efeitos da pandemia de COVID-19 sobre o mercado de trabalho.

No primeiro trimestre de 2024, no RS, a TPFT manteve-se, na margem, estável em 66,0%, assim como em SC (68,1%) e no PR (65,5%) — **Gráfico 1**. Por sua vez, em SP e no País, reduziu-se de 67,1% para 66,3% e de 62,2% para 61,9% respectivamente. No que se diz respeito à referência comparativa interanual, no primeiro trimestre de 2024, a TPFT permaneceu estável no RS, no PR e em SP; em SC, elevou-se em 1,9 ponto percentual e, no País, 0,3 ponto percentual.

¹ Esta seção foi elaborada com dados disponíveis até 31 de maio de 2024.

² A **taxa de participação na força de trabalho** é obtida pela divisão da força de trabalho pela População em Idade de Trabalhar, sendo expressa em termos percentuais (ILO, 2016). O indicador mede, assim, a parcela relativa de pessoas de 14 anos ou mais de idade — delimitação etária adotada pela PNAD Contínua — que está no mercado de trabalho, seja na condição de ocupada, seja na de desocupada.

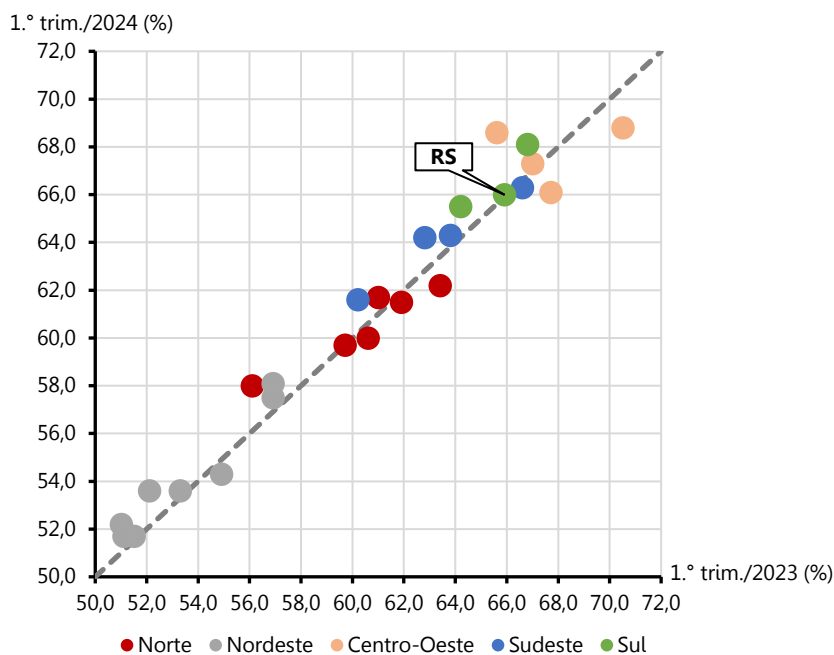
Gráfico 1 - Taxa de participação na força de trabalho no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-1.º trim./2024



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024c).

Pode-se conhecer a evolução da posição relativa do nível da participação na FT do RS ante todas as UFs por meio das evidências apresentadas no **Gráfico 2**. Nesse gráfico de dispersão, a TPFT do primeiro trimestre de 2023 está sendo medida no eixo horizontal, e a do primeiro trimestre de 2024, no eixo vertical. Assim, os pontos no Gráfico 2 contêm o indicador em cada um dos dois trimestres acima identificados. Quanto mais à direita os pontos se situarem no eixo horizontal, e quanto mais acima no eixo vertical, mais elevada será a TPFT da UF nos primeiros trimestres de 2023 e de 2024. De acordo com o que se pode constatar no Gráfico 2, o RS detinha, no primeiro trimestre de 2023, a sexta maior TPFT entre as UFs, sendo superado por SC, SP, GO, MS e DF, que se situavam à direita da posição do Estado no eixo horizontal. No primeiro trimestre de 2024, o Estado havia passado a deter a sétima maior TPFT: no eixo vertical, acima da posição do RS, encontravam-se SC, SP e todas as quatro UFs da Região Centro-Oeste.

Gráfico 2 - Taxa de participação na força de trabalho, por regiões, nas unidades da Federação do Brasil — 1.º trim./2023 e 1.º trim./2024



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024c).

No que se refere ao número absoluto de pessoas na FT, no primeiro trimestre de 2024, ante o trimestre imediatamente anterior, este permaneceu estável no RS (6.261 mil pessoas), bem como nos demais estados da Região Sul, em SP e no País (**Tabela 1**). No que diz respeito à comparação interanual, no primeiro trimestre de 2024, o

contingente de pessoas na FT também permaneceu estável no RS e em SP e, de forma distinta, evidenciou variações positivas em SC (4,0%), no PR (3,0%) e no âmbito nacional (1,5%). Pode-se, ainda, com base na Tabela 1, perceber que, já no primeiro trimestre de 2022, o RS e suas referências comparativas selecionadas tinham recuperado os níveis dos contingentes de pessoas na FT, que muito se retraíram a partir do segundo trimestre de 2020, quando a pandemia de COVID-19 impactou mais intensamente o mercado de trabalho.

Tabela 1 - Força de trabalho no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DISCRIMINAÇÃO	FORÇA DE TRABALHO (1.000 pessoas)							VARIÇÃO %	
	1.º Trim./2019	1.º Trim./2020	1.º Trim./2021	1.º Trim./2022	1.º Trim./2023	4.º Trim./2023	1.º Trim./2024	1.º Trim./2024 4.º Trim./2023	1.º Trim./2024 1.º Trim./2023
Brasil	106.273	106.263	102.339	107.224	107.257	109.066	108.826	-0,2	(1)1,5
RS	6.164	6.197	5.925	6.204	6.262	6.273	6.261	-0,2	0,0
SC	3.920	3.896	3.794	3.990	4.042	4.193	4.205	0,3	(1)4,0
PR	6.098	6.085	6.057	6.188	6.121	6.249	6.305	0,9	(1)3,0
SP	25.832	25.654	24.419	25.892	25.965	26.320	26.150	-0,6	0,7

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024c).

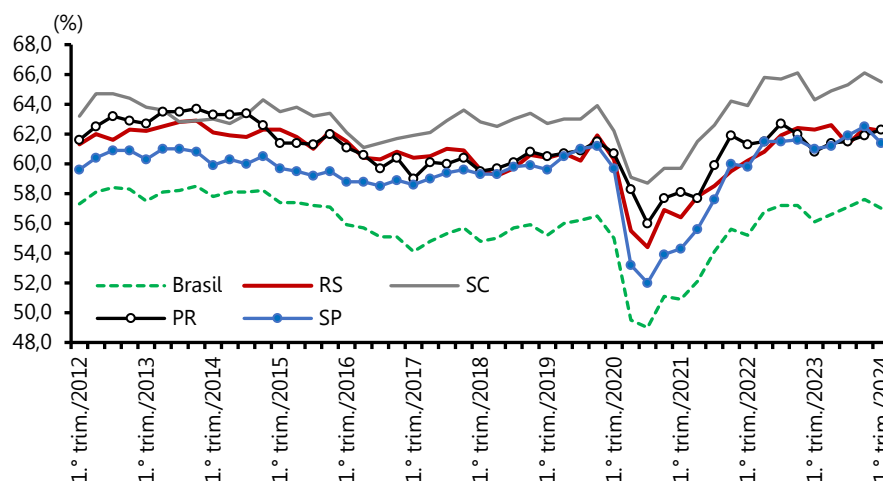
(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

1.2 NÍVEL DE OCUPAÇÃO E TRABALHO INFORMAL

O nível de ocupação (NO)³ no RS situou-se, no primeiro trimestre de 2023, em 62,3%, o maior patamar do indicador, quando cotejado com os primeiros trimestres da série temporal da PNAD Contínua, igualando-se àquele verificado em 2015. No transcorrer de 2023, mais precisamente no terceiro e no quarto trimestre, houve uma tendência à estabilidade⁴ do NO estadual.

O NO do RS, no primeiro trimestre de 2024, na margem, manteve-se estável em 62,2% (**Gráfico 3**). Nessa mesma referência comparativa, o indicador registrou retrações em SC (de 66,1% para 65,5), em SP (de 62,5% para 61,4%) e no País (de 57,6% para 57,0%); no PR, à semelhança do RS, o NO permaneceu estável em 62,3%. Quanto às comparações interanuais do NO, no primeiro trimestre de 2024, este se manteve estável no RS e em SP, enquanto, em SC, no PR e no plano nacional, se elevou em 1,2, 1,5 e 0,9 ponto percentual respectivamente.

Gráfico 3 - Nível de ocupação no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-1.º trim./2024



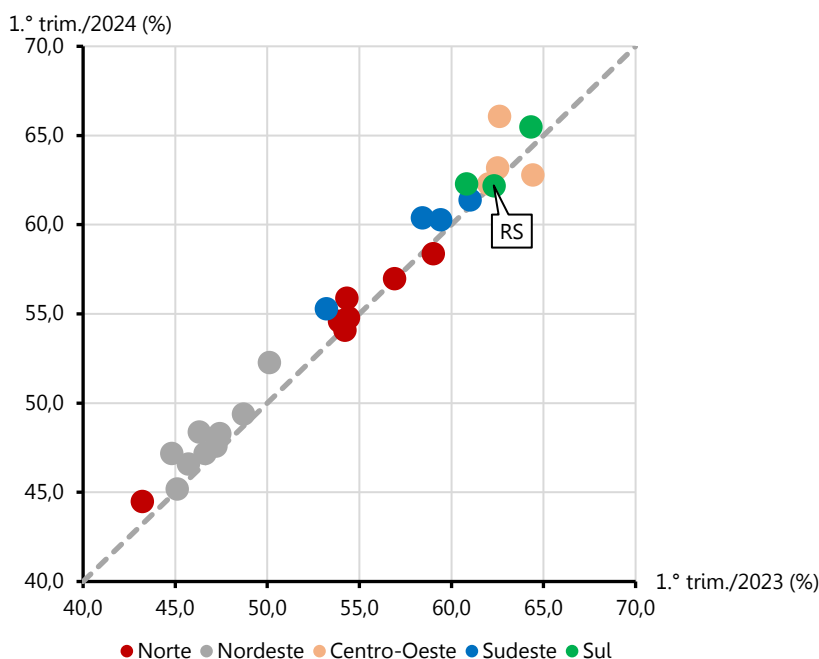
Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024c).

³ O **nível de ocupação** é obtido pela divisão do contingente de ocupados pela População em Idade de Trabalho, sendo expresso em termos percentuais (ILO, 2016).

⁴ Essa tendência à estabilidade do NO em 2023, no RS, no terceiro e no quarto trimestre, refere-se às comparações interanuais do indicador.

A evolução da posição relativa do NO do RS ante a totalidade das UFs, no primeiro trimestre de 2023, em relação ao mesmo trimestre de 2024, pode ser identificada por meio das evidências expostas no **Gráfico 4**⁵. Conforme se constata, o RS possuía, no primeiro trimestre de 2023, o quinto maior NO, uma vez que há, no gráfico de dispersão, quatro pontos mais à direita do que o do Estado, que correspondem às UFs de SC, GO, MT e MS. Por sua vez, no primeiro trimestre de 2024, o RS havia passado a ter o sétimo maior NO, tendo sido também ultrapassado pelo PR e o DF, cujos níveis do indicador situaram-se levemente acima do alcançado pelo Estado.

Gráfico 4 - Nível de ocupação, por regiões, nas unidades da Federação do Brasil — 1.º trim./2023 e 1.º trim./2024



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024c).

O número absoluto de ocupados, no primeiro trimestre de 2024, em relação ao quarto trimestre de 2023, manteve-se estável no RS (5.897 mil ocupados), bem como nos demais estados da Região Sul (**Tabela 2**); em SP e no País, retraiu-se em 1,2% e 0,8% respectivamente. Em termos interanuais, no primeiro trimestre de 2024, o contingente de ocupados também permaneceu estável no RS; já em todas as suas referências comparativas selecionadas, verificaram-se incrementos desse contingente: 4,0% em SC, 3,6% no PR, 1,9% em SP e 2,4% no País. Os dados da Tabela 2 permitem também constatar que, já no primeiro trimestre de 2022, o número absoluto de ocupados encontrava-se, seja no RS, seja no demais estados da Região Sul, em SP e no País, em nível superior ao do primeiro trimestre de 2019 — portanto, de uma referência comparativa anterior àquela dos piores efeitos da pandemia de COVID-19 sobre o mercado de trabalho.

Tabela 2 - Contingentes de ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DISCRI- MINA- ÇÃO	OCUPADOS (1.000 pessoas)							VARIÇÃO %	
	1.º Trim./2019	1.º Trim./2020	1.º Trim./2021	1.º Trim./2022	1.º Trim./2023	4.º Trim./2023	1.º Trim./2024	1.º Trim./2024 4.º Trim./2023	1.º Trim./2024 1.º Trim./2023
	Brasil	92.621	93.115	87.082	95.275	97.825	100.985	100.203	(1)-0,8
RS	5.668	5.668	5.359	5.740	5.925	5.948	5.897	-0,9	-0,5
SC	3.635	3.674	3.552	3.808	3.888	4.059	4.044	-0,4	(1) 4,0
PR	5.548	5.598	5.486	5.765	5.791	5.955	6.001	0,8	(1) 3,6
SP	22.322	22.502	20.840	23.097	23.765	24.515	24.219	(1)-1,2	(1) 1,9

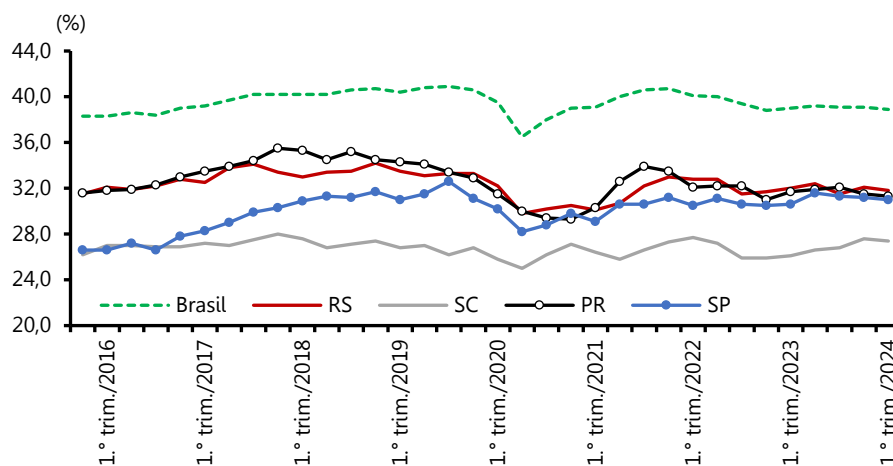
Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024c).

(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

⁵ A interpretação das evidências do Gráfico 4 é semelhante àquela do Gráfico 2.

A respeito da estrutura ocupacional, as evidências vinham sugerindo, após a elevação em 2021, uma tendência à estabilidade da taxa de informalidade (TI)⁶ no mercado de trabalho do RS. No primeiro trimestre de 2024, tanto na margem quanto em termos interanuais, ratificou-se esse comportamento da TI: o indicador permaneceu estável no RS (31,8%), assim como em SC (27,4%), no PR (31,3%), em SP (31,0%) e no País (38,9%) — **Gráfico 5**.

Gráfico 5 - Taxa de informalidade no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 4.º trim./2015-1.º trim./2024

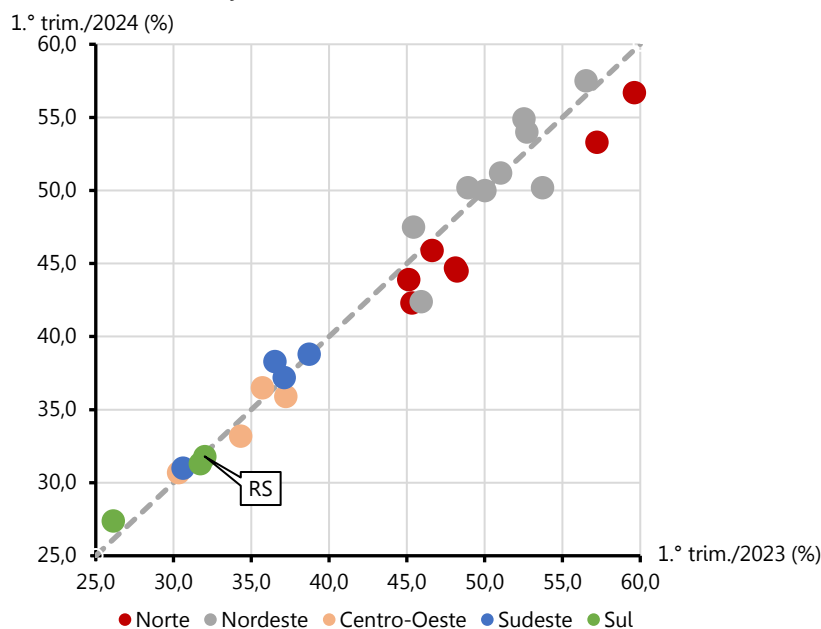


Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024c).

Nota: A taxa de informalidade está disponível a partir do 4.º trim./2015.

A evolução da posição relativa da TI do RS diante de todas as UFs, na comparação do primeiro trimestre de 2023 com o de 2024, também revela uma situação de estabilidade do Estado. Em ambos os períodos, constata-se, por meio das evidências contidas no **Gráfico 6**, que o RS detinha a quinta menor TI: nesse gráfico, identificam-se quatro pontos à esquerda e abaixo da posição do Estado, que correspondem às UFs de SC, PR, SP e DF.

Gráfico 6 - Taxa de informalidade, por regiões, nas unidades da Federação do Brasil — 1.º trim./2023 e 1.º trim./2024



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024c).

⁶ De acordo com a delimitação adotada pelo IBGE, são considerados informais os empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado; os trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada; os empregadores sem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); os trabalhadores por conta própria sem CNPJ; e os trabalhadores familiares auxiliares. A **taxa de informalidade** é obtida pela soma dessas categorias, a qual é dividida pelo contingente total de ocupados.

O contingente de ocupados informais, no primeiro trimestre de 2024, na margem, manteve-se estável no RS (1.877 mil pessoas), assim como nos demais estados da Região Sul e em SP; no País, registrou redução de 1,5% (Tabela 3). Em termos interanuais, nesse mesmo trimestre, o número absoluto de ocupados informais permaneceu estável no RS, no PR e em SP; em SC e no plano nacional, teve aumentos de 9,1% e de 2,2% respectivamente. Através das evidências apresentadas na Tabela 3, pode-se perceber que, nos casos do RS e do PR, o contingente de ocupados informais estava, no primeiro trimestre de 2024, levemente abaixo do registrado no primeiro trimestre de 2019, que corresponde a um período anterior ao dos efeitos da pandemia de COVID-19 sobre o mercado de trabalho.

Tabela 3 - Contingentes de ocupados informais no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DISCRIMINAÇÃO	OCUPADOS INFORMAIS (1.000 pessoas)							VARIACÃO %	
	1.º Trim./2019	1.º Trim./2020	1.º Trim./2021	1.º Trim./2022	1.º Trim./2023	4.º Trim./2023	1.º Trim./2024	1.º Trim./2024 4.º Trim./2023	1.º Trim./2024 1.º Trim./2023
Brasil	37.394	36.783	34.054	38.203	38.118	39.533	38.943	(1)-1,5	(1) 2,2
RS	1.898	1.824	1.614	1.885	1.895	1.911	1.877	-1,8	-0,9
SC	973	949	939	1.053	1.015	1.119	1.107	-1,1	(1) 9,1
PR	1.906	1.765	1.663	1.850	1.835	1.875	1.879	0,2	2,4
SP	6.909	6.785	6.054	7.054	7.282	7.660	7.511	-1,9	3,1

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024c).

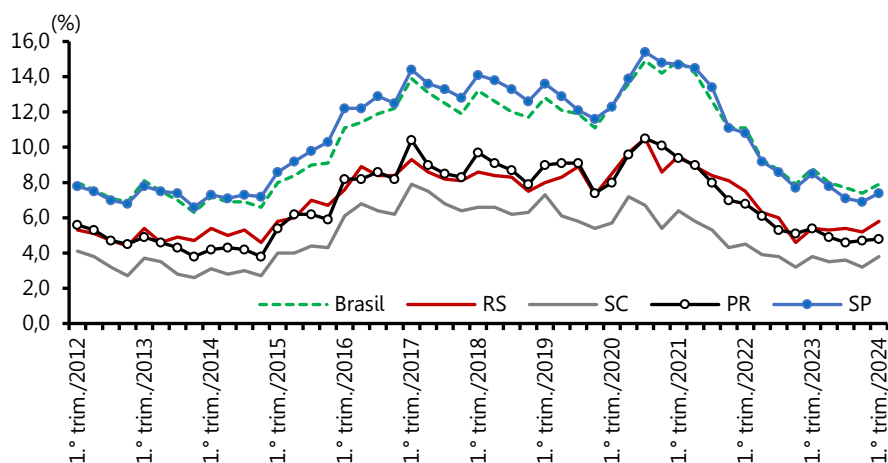
Nota: São considerados ocupados informais os empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado; os trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada; os empregadores sem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); os trabalhadores por conta própria sem CNPJ; e os trabalhadores familiares auxiliares. (1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

1.3 SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Examinando-se a série temporal da taxa de desocupação (TD) no RS, constata-se que esse indicador registrou o seu maior nível no terceiro trimestre de 2020, 9,5%, no bojo da recessão econômica provocada pela pandemia de COVID-19, a qual foi intensificada por uma severa estiagem (Conceição; Lazzari; Fantinel, 2021). Em 2021 e 2022, verificou-se uma trajetória de queda da TD no mercado de trabalho estadual, com o indicador chegando a atingir 4,8% no quarto trimestre desse último ano. Já em 2023, as evidências sugerem um arrefecimento do processo de melhora da TD no RS (Boletim de Trabalho do Rio Grande do Sul, 2024).

No primeiro trimestre de 2024, na margem, a TD do RS registrou elevação, tendo passado de 5,2% no quarto trimestre de 2023 para os atuais 5,8% (Gráfico 7). Esse é um comportamento esperado do indicador, o qual costuma, por fatores sazonais, se elevar no primeiro trimestre do ano. Nessa mesma referência comparativa, a TD também se elevou em SC (de 3,2% para 3,8%), em SP (de 6,9% para 7,4%) e no País (de 7,4% para 7,9%); no PR, manteve-se estável (4,8%). Na comparação interanual, no primeiro trimestre de 2024, a TD permaneceu estável no RS e nos demais estados da Região Sul, enquanto, em SP e no País, evidenciou reduções de 1,1 e de 0,9 ponto percentual respectivamente.

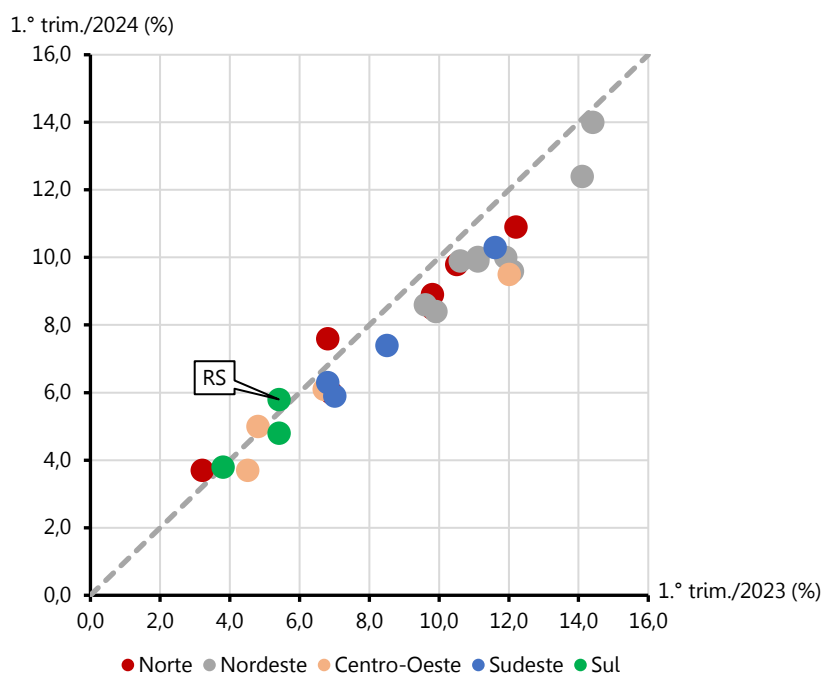
Gráfico 7 - Taxa de desocupação no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-1.º trim./2024



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024c).

As evidências apresentadas no **Gráfico 8** permitem localizar a posição relativa do RS diante de todas as UFs, quanto ao nível da TD, no primeiro trimestre de 2023 e no de 2024. De acordo com o que se observa nesse gráfico de dispersão, em ambos os trimestres, o RS deteve a sexta menor TD, uma vez que existem cinco pontos à esquerda e abaixo da sua posição, que correspondem às UFs de SC, PR, MS, MT e RO.

Gráfico 8 - Taxa de desocupação, por regiões, nas unidades da Federação do Brasil — 1.º trim./2023 e 1.º trim./2024

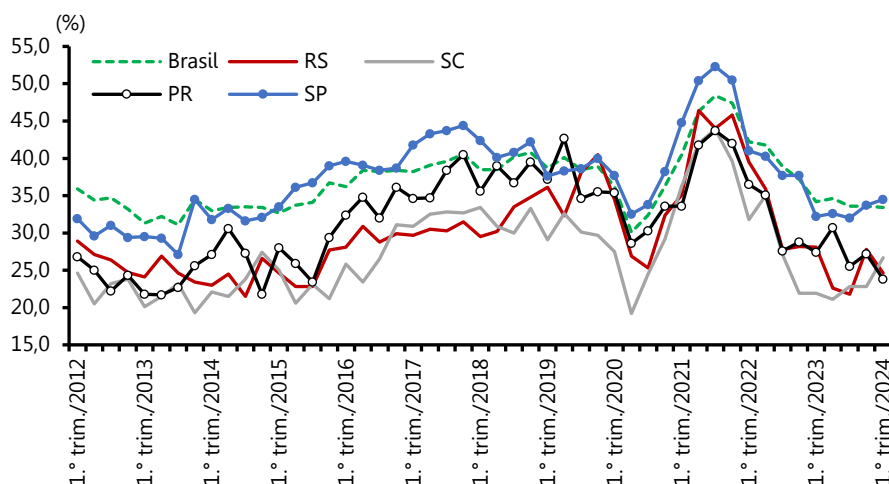


Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024c).

A incidência da desocupação de longo prazo (IDL⁷) havia-se elevado de forma expressiva durante 2021, quando atingiu, no mercado de trabalho RS, o seu nível máximo no segundo trimestre (46,4%). Após, esse indicador evidenciou uma clara tendência de queda, situando-se, no Estado, no terceiro trimestre de 2023, em 21,8%. No primeiro trimestre de 2024, ante o mesmo trimestre de 2023, a IDLP registrou queda no RS (de 28,1% para 24,6%), no PR (de 27,4% para 23,8%) e no âmbito nacional (de 34,2% para 33,4%) — **Gráfico 9**. De forma distinta, o indicador elevou-se em SC (de 21,9% para 26,7%) e em SP (de 32,2% para 34,5%). Não obstante a melhora da IDLP no RS durante o primeiro trimestre de 2024, cerca de um quarto dos seus desocupados tinham de conviver com uma situação de grande adversidade, uma vez que o período de concessão do seguro-desemprego para os assalariados formais que preenchem os seus critérios de acesso é de, no máximo, cinco meses.

⁷ De acordo com a Organização Internacional do Trabalho, a **IDL** corresponde à parcela relativa de desocupados com tempo de procura por trabalho igual ou superior a um ano no total de desocupados (ILO, 2016).

Gráfico 9 - Incidência da desocupação de longo prazo no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-1.º trim./2024



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024a, 2024c).

Nota: 1. Elaborado com os dados da Pesquisa.

2. A incidência da desocupação de longo prazo corresponde à parcela relativa de desocupados com tempo de procura por trabalho igual ou superior a um ano no total de desocupados.

O contingente de desocupados no RS, no primeiro trimestre de 2024, registrou, na margem, uma variação positiva de 12,0%, tendo passado de 325 mil para 364 mil pessoas (**Tabela 4**). Nessa mesma referência comparativa, o contingente de desocupados também se elevou em SC (20,2%) e no País (6,7%); no PR e em SP, manteve-se estável. Em termos interanuais, no primeiro trimestre de 2024, o número absoluto de desocupados ficou estável no RS e nos demais estados da Região Sul — as suas oscilações não têm significância estatística —, mas, em SP e no plano nacional, registrou retrações de 12,2% e 8,6% respectivamente.

Tabela 4 - Contingentes de desocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DISCRIMINAÇÃO	DESOCUPADOS (1.000 pessoas)							VARIAÇÃO %	
	1.º Trim./2019	1.º Trim./2020	1.º Trim./2021	1.º Trim./2022	1.º Trim./2023	4.º Trim./2023	1.º Trim./2024	1.º Trim./2024 4.º Trim./2023	1.º Trim./2024 1.º Trim./2023
Brasil	13.651	13.148	15.257	11.949	9.432	8.082	8.623	(1) 6,7	(1) -8,6
RS	496	529	566	463	337	325	364	(1)12,0	8,1
SC	285	223	241	181	155	134	161	(1)20,2	4,0
PR	550	487	571	424	330	294	304	3,4	-7,8
SP	3.510	3.151	3.579	2.795	2.200	1.805	1.931	7,0	(1)-12,2

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024c).

(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

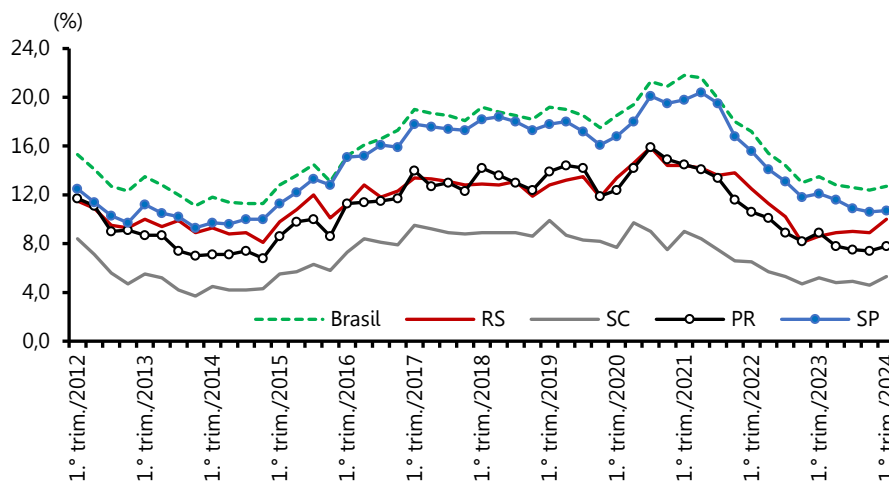
Tomando-se, agora, um indicador mais abrangente de subutilização da FT, a taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas (TCDS)⁸, no primeiro trimestre de 2024, ante o quarto trimestre de 2023, esta se elevou de 8,9% para 10,0% no RS, de 4,6% para 5,3% em SC e de 12,4% para 12,7% no País, enquanto, no PR e em SP, se manteve estável em 7,8% e 10,7% respectivamente (**Gráfico 10**). Em termos interanuais, no primeiro trimestre de 2024, a TCDS aumentou no RS (1,4 ponto percentual). Esse comportamento do indicador, no Estado, foi díspar ao que ocorreu no PR, em SP e no País, que registraram retrações de 1,1, 1,4 e 0,8 ponto percentual respectivamente, assim como em SC, que evidenciou estabilidade.

⁸ A **Taxa Combinada de Desocupação e de Subocupação por Insuficiência de Horas Trabalhadas (TCDS)** é assim obtida (OIT, 2013):

$TCDS = [(Desocupados + Subocupados por insuficiência de horas trabalhadas)/Força de Trabalho] \times 100$.

São consideradas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas, na PNAD Contínua, as pessoas que: (a) têm 14 anos ou mais de idade; (b) trabalhavam habitualmente menos de 40 horas no seu único trabalho ou em todos os seus trabalhos; (c) gostariam de trabalhar mais horas que as habitualmente trabalhadas; e (d) estavam disponíveis para trabalhar mais horas no período de 30 dias, contados a partir do primeiro dia da semana de referência (IBGE, 2016).

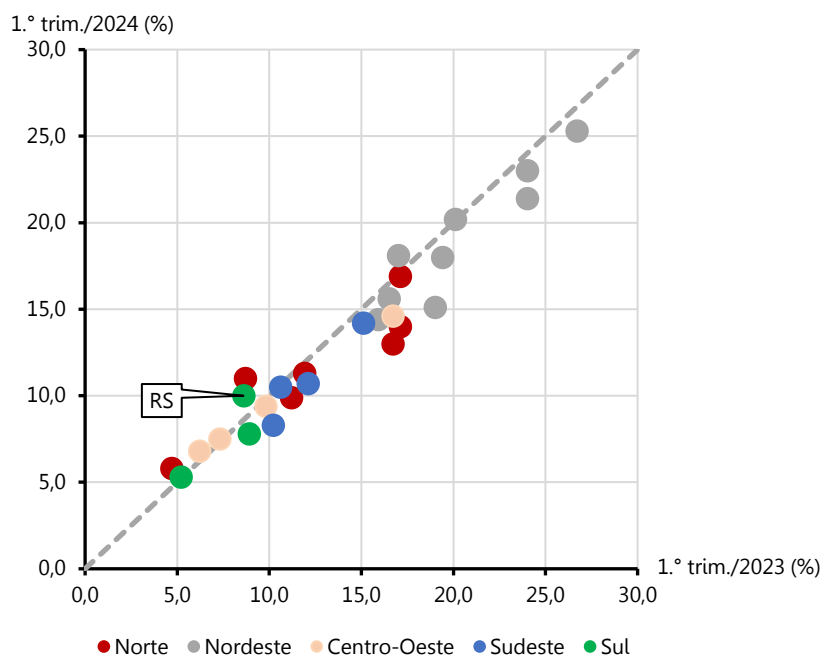
Gráfico 10 - Taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-1.º trim./2024



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024c).

O **Gráfico 11** permite acompanhar a evolução da posição relativa do RS ante todas as UFs, quanto ao nível da TCDS, no primeiro trimestre de 2023 e de 2024. Conforme se pode constatar nesse gráfico de dispersão, houve uma deterioração da posição relativa do Estado: no primeiro trimestre de 2023, o RS possuía a quinta menor TCDS, uma vez que há quatro pontos à sua esquerda, que correspondem às UFs de MS, MT, SC e RO. Já no primeiro trimestre de 2024, o RS passou para a nona menor TCDS, pois situavam-se, abaixo da sua posição, além de MS, MT, SC e RO, PR, GO, ES e AC.

Gráfico 11 - Taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas, por regiões, nas unidades da Federação do Brasil — 1.º trim./2023 e 1.º trim./2024



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024c).

O número absoluto de pessoas que é medido pela TCDS aumentou, no primeiro trimestre de 2024, na margem, no RS, em 12,8%, tendo passado de 558 mil para 629 mil pessoas (**Tabela 5**). Na mesma referência comparativa, esse contingente elevou-se 15,2% em SC; já no PR, em SP e no País, manteve-se estável. Em termos interanuais, no primeiro trimestre de 2024, o número absoluto de pessoas medido pela TCDS registrou acentuada elevação no RS, de

16,6% (mais 89 mil pessoas); nos demais estados da Região Sul, permaneceu estável, enquanto, em SP e no âmbito nacional, evidenciou retrações de 11,2% e 4,6% respectivamente.

Tabela 5 - Soma dos contingentes de desocupados e de subocupados por insuficiência de horas trabalhadas no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DISCRIMINAÇÃO	CONTINGENTES (1.000 pessoas)							VARIÇÃO %	
	1.º Trim./2019	1.º Trim./2020	1.º Trim./2021	1.º Trim./2022	1.º Trim./2023	4.º Trim./2023	1.º Trim./2024	1.º Trim./2024	1.º Trim./2024
								4.º Trim./2023	1.º Trim./2023
Brasil	20.456	19.669	22.348	18.458	14.445	13.517	13.778	1,9	(1) -4,6
RS	790	829	854	772	540	558	629	(1)12,8	(1) 16,6
SC	387	299	340	261	209	194	224	(1)15,2	7,2
PR	850	753	876	656	543	465	490	5,5	-9,7
SP	4.596	4.299	4.845	4.040	3.140	2.788	2789	0,0	(1)-11,2

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024c).

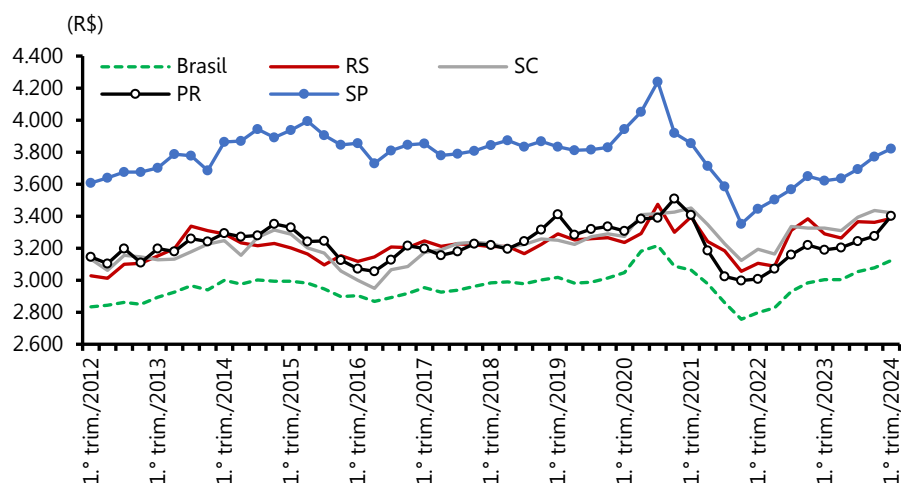
(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

1.4 RENDIMENTOS DOS OCUPADOS

O rendimento médio real habitual dos ocupados no RS evidenciou, em 2021, em um contexto de aceleração inflacionária, um forte processo de queda. Nesse ano, a inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), situou-se em 10,06%, muito superior à verificada em 2020, 4,52% (IBGE, 2024b). Após, em uma conjuntura mais favorável de desaceleração da inflação, em 2022 e 2023 — a variação do IPCA nesses dois foi de 5,79% e de 4,63%, respectivamente —, ocorreu um movimento de recuperação do rendimento médio real habitual.

No primeiro trimestre de 2024, na margem, o rendimento médio real habitual dos ocupados manteve-se estável no RS (R\$ 3.386), assim como em SC (R\$ 3.421) e em SP (R\$ 3.821); no PR, registrou variação positiva de 3,9%, passando de R\$ 3.275 para R\$ 3.401, e, no País, de 1,5%, passando de R\$ 3.077 para R\$ 3.123 (**Gráfico 12**). Na base comparativa interanual, no primeiro trimestre de 2024, o indicador sob análise também permaneceu estável no RS e em SC e evidenciou variações positivas no PR (6,6%), em SP (5,5%) e no plano nacional (4,0%).

Gráfico 12 - Rendimento médio real habitual dos ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-1.º trim./2024



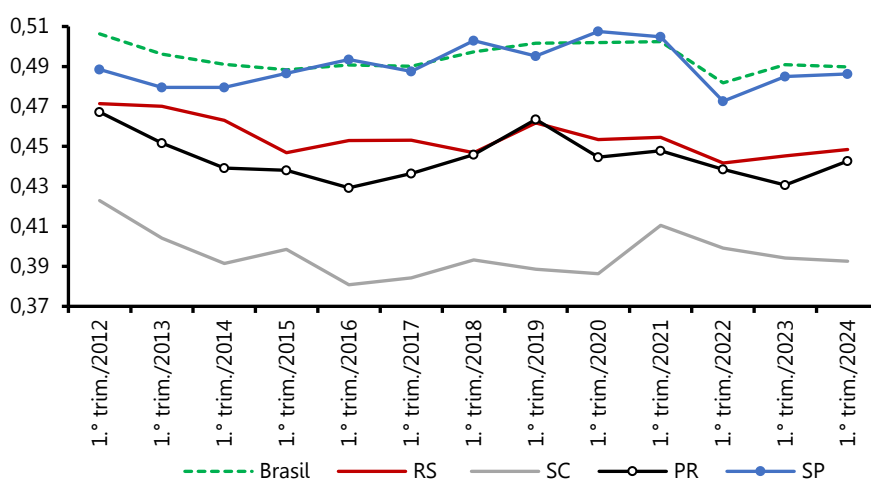
Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024c).

Nota: 1. Rendimento médio real habitual de todos os trabalhos dos ocupados.

2. Rendimento deflacionado para a média mensal dos preços do 1.º trim./2024.

Uma medida sumária de desigualdade, o coeficiente de Gini⁹ do rendimento real habitual dos ocupados, utilizando-se como referência comparativa os primeiros trimestres da série temporal da PNAD Contínua, alcançou, no RS, no primeiro trimestre de 2012, o seu nível máximo (0,4714) — **Gráfico 13**¹⁰. Esse indicador evidenciou uma trajetória de queda que só foi interrompida no primeiro trimestre de 2019. Após, verificou-se, no Estado, um novo período de redução do coeficiente de Gini do rendimento real habitual dos ocupados, até o primeiro trimestre de 2022, quando atingiu o seu menor patamar (0,4417). No primeiro trimestre de 2024, ante o mesmo trimestre do ano anterior, essa medida de desigualdade registrou aumento de 0,7% no RS, passando de 0,4452 para 0,4485, de 0,2% em SP, e, de forma mais acentuada, de 2,8% no PR; de maneira distinta, ocorreram leves reduções do indicador em SC (-0,4%) e no País (-0,2%).

Gráfico 13 - Coeficiente de Gini do rendimento real habitual dos ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim. 2012-24



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024a).

Nota: 1. Elaborado com os microdados da Pesquisa.

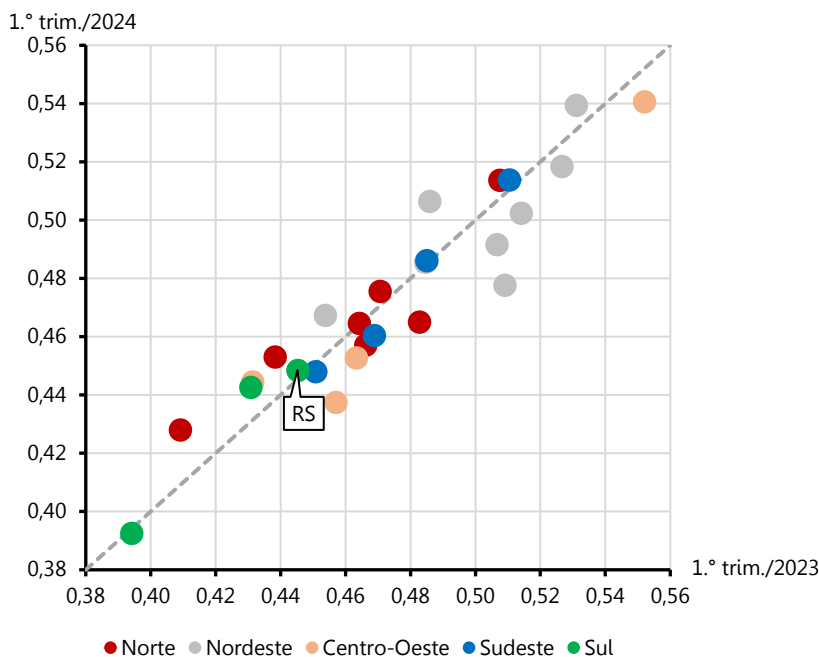
2. Coeficiente de Gini do rendimento real habitual de todos os trabalhos dos ocupados.

A evolução da posição relativa do nível da desigualdade de rendimentos dos ocupados do RS, em comparação com todas as UFs, pode ser assim descrita (**Gráfico 14**): o Estado detinha, no primeiro trimestre de 2023, o sexto menor coeficiente de Gini do rendimento real habitual, dado que se identificam cinco pontos à sua esquerda no gráfico de dispersão, que correspondem às UFs de SC, PR, MT, AC e RO. Já no primeiro trimestre de 2024, o RS passou a deter o sétimo menor nível de desigualdade de rendimentos: nesse sentido, constata-se que, no gráfico de dispersão, há seis pontos abaixo da posição do Estado, que correspondem às UFs de SC, PR, MS, MT, MG e RO. Assim, pode-se afirmar que a posição relativa do RS diante de todas as UFs, quanto ao nível de desigualdade de rendimentos dos ocupados, no período sob análise, manteve-se praticamente inalterada.

⁹ O coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade que tem, como limite inferior, zero, que corresponde à perfeita igualdade da variável sob estudo, e, como limite superior, um, que corresponde à máxima desigualdade. A respeito dessa medida de desigualdade, ver Hoffmann, Botassio e Jesus (2019, capítulo 3).

¹⁰ O coeficiente de Gini foi computado com o Software R (versão 4.4.0) e os pacotes PNADcIBGE (versão 0.7.4), *survey* (versão 4.4.2) e *convey* (versão 0.2.5). A respeito desses pacotes, ver Braga, Assunção e Hidalgo (2024), Lumley (2024) e Pessoa, Damico e Jacob (2024).

Gráfico 14 - Coeficiente de Gini do rendimento real habitual dos ocupados, por regiões, nas unidades da Federação do Brasil — 1.º trim./2023 e 1.º trim./2024



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024a).

Nota: 1. Elaborado com os microdados da Pesquisa.

2. Coeficiente de Gini do rendimento real habitual de todos os trabalhos dos ocupados.

A massa de rendimento real habitual dos ocupados, no primeiro trimestre de 2024, permaneceu, na margem, tanto no RS quanto em SC, em SP e no País, estável, enquanto, no PR, registrou variação positiva de 4,8% (**Tabela 6**). Na comparação do primeiro trimestre de 2024 com o mesmo trimestre do ano anterior, o indicador também se manteve estável no RS, mas, de maneira distinta, registrou variações positivas de 7,2% em SC, de 10,7% no PR, de 7,5% em SP e de 6,6% no País. No caso do RS, nesta última referência comparativa, o comportamento da massa de rendimento real deveu-se à estabilidade tanto do contingente de ocupados quanto do rendimento médio real habitual.

Tabela 6 - Massa de rendimento real habitual dos ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$ milhões)							VARIACÃO %	
	1.º Trim./2019	1.º Trim./2020	1.º Trim./2021	1.º Trim./2022	1.º Trim./2023	4.º Trim./2023	1.º Trim./2024	1.º Trim./2024 4.º Trim./2023	1.º Trim./2024 1.º Trim./2023
Brasil	272.908	277.828	260.532	260.973	289.148	306.163	308.318	0,7	(1) 6,6
RS	18.026	17.846	17.601	17.253	18.877	19.565	19.611	0,2	3,9
SC	11.537	11.796	11.959	11.995	12.781	13.784	13.701	-0,6	(1) 7,2
PR	18.479	18.166	18.202	16.995	18.214	19.246	20.165	(1) 4,8	(1)10,7
SP	84.640	88.048	79.525	79.002	85.572	91.969	91.995	0,0	(1) 7,5

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024c).

Nota: 1. Massa de rendimento real habitual de todos os trabalhos dos ocupados.

2. Massa de rendimento deflacionada para a média mensal dos preços do 1.º trim./2024.

(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

1.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o que foi exposto nesta seção, verificou-se, no âmbito do mercado de trabalho do RS, no primeiro trimestre de 2024, estabilidade em parte dos seus principais indicadores. Esse padrão de comportamento foi compartilhado, para alguns indicadores do mercado de trabalho, com SC e PR, mas foi distinto daquele predominante em SP e no agregado nacional.

Priorizando-se o desempenho interanual dos indicadores do mercado de trabalho, foi mostrado que a taxa de participação na força de trabalho, o nível de ocupação e a taxa de desocupação permaneceram estáveis, no RS, no primeiro trimestre de 2024. Em SP e no plano nacional, na mesma referência comparativa, ocorreu queda da taxa de desocupação, provocada por acréscimos dos contingentes de ocupados superiores aos da força de trabalho. Um indicador mais amplo de subutilização da força de trabalho, a taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas, no primeiro trimestre de 2024, elevou-se no RS, comportamento não compartilhado pelos demais estados da Região Sul, por SP e pelo País.

No que diz respeito à estrutura ocupacional, a taxa de informalidade, no primeiro trimestre de 2024, manteve-se estável tanto no RS quanto nos demais estados da Região Sul, em SP e no País. As evidências apresentadas nesta seção foram as de que, no primeiro trimestre de 2024, em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, o rendimento médio real habitual dos ocupados manteve-se estável no RS, assim como em SC, enquanto, no PR, em SP e no âmbito nacional, registrou variações positivas. Nessa mesma referência comparativa, a massa de rendimento real habitual dos ocupados também permaneceu estável no RS, comportamento distinto do ocorrido em SC, PR, SP e no País, nos quais se elevou.

Foi ainda mostrado que uma medida sumária de desigualdade, o coeficiente de Gini do rendimento real habitual dos ocupados, no primeiro trimestre de 2024, registrou aumentos no RS, no PR e em SP, e, em SC e no País, teve leves reduções.

2 EMPREGO FORMAL: O RS NA PERSPECTIVA NACIONAL E A EVOLUÇÃO DO EMPREGO GAÚCHO NOS ÚLTIMOS 12 MESES

Nesta seção, a análise restringe-se ao segmento formal do mercado de trabalho, visando a pormenorizar o comportamento dos vínculos legalizados de emprego. Isso se torna possível graças às informações do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), base estatística produzida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) a partir dos registros administrativos de admissões e desligamentos de empregados formais. Todas as pessoas jurídicas que realizam alguma dessas duas modalidades de movimentação de trabalhadores formais, a cada mês, têm o dever de comunicá-las ao Ministério, o que confere a essa fonte um caráter censitário, que só perderia acuidade em função de eventuais omissões dos empregadores. O Novo Caged, cuja série histórica teve início em janeiro de 2020, destaca-se por uma valiosa agilidade na divulgação dos seus resultados¹¹. Neste momento, os indicadores mais recentes avançam até o encerramento do mês de abril de 2024. Nesta análise, recorre-se, complementarmente, a outra base estatística do MTE, a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), a qual, anualmente, permite radiografar a totalidade dos trabalhadores formais do País, diferentemente do Novo Caged, que — embora estime estoques totais de trabalhadores em atividade, em algumas agregações territoriais e setoriais — se limita às informações sobre os vínculos de emprego iniciados ou encerrados no período de referência, o que se estende às características dos estabelecimentos e a alguns atributos dos trabalhadores envolvidos nessas movimentações.

Enfatiza-se, aqui, o desempenho do mercado formal de trabalho no Rio Grande do Sul, partindo-se, para isso, na primeira subseção, de um apanhado geral das variações dos estoques de emprego formal no conjunto do País e nas 27 unidades da Federação, o que permite contextualizar os resultados observados no território gaúcho. Na segunda subseção, analisam-se os resultados do emprego, no Estado, segundo setores de atividade e divisões selecionadas da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), especialmente da indústria. Na sequência, os saldos de emprego nos últimos 12 meses disponíveis são analisados segundo atributos pessoais dos indivíduos — sexo, idade e escolaridade —, buscando-se caracterizar como diferentes categorias ou segmentos sociais têm encontrado maiores ou menores probabilidades de inserção e permanência nos vínculos legalizados de emprego. Na quarta subseção, contrastam-se as variações dos estoques de emprego nas regiões do Rio Grande do Sul, tomando-se para essa análise a divisão do Estado em nove Regiões Funcionais (RFs). Finalizando esse percurso, aborda-se a temática das remunerações ao trabalho, analisando a evolução recente dos salários de admissão no mercado formal. Encerram a seção breves considerações finais.

2.1 O DESEMPENHO DO RS E A DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO EMPREGO NO BRASIL

Nos 12 meses que se encerraram ao final de abril último, o contingente de trabalhadores formalmente empregados apresentou crescimento de 2,2% no Estado, com um saldo de 60,6 vínculos adicionais, o que elevou o total para 2.840.145. No agregado do Brasil, a variação percentual foi mais expressiva nesse período, alcançando 3,8%, o que equivale à geração de 1,7 milhão de postos formais suplementares. Priorizam-se, aqui, os resultados acumulados em 12 meses, porque esse tratamento dos dados permite neutralizar os efeitos de comportamentos sazonais da produção e do emprego, que particularizam os ciclos de distintas atividades econômicas e territórios.

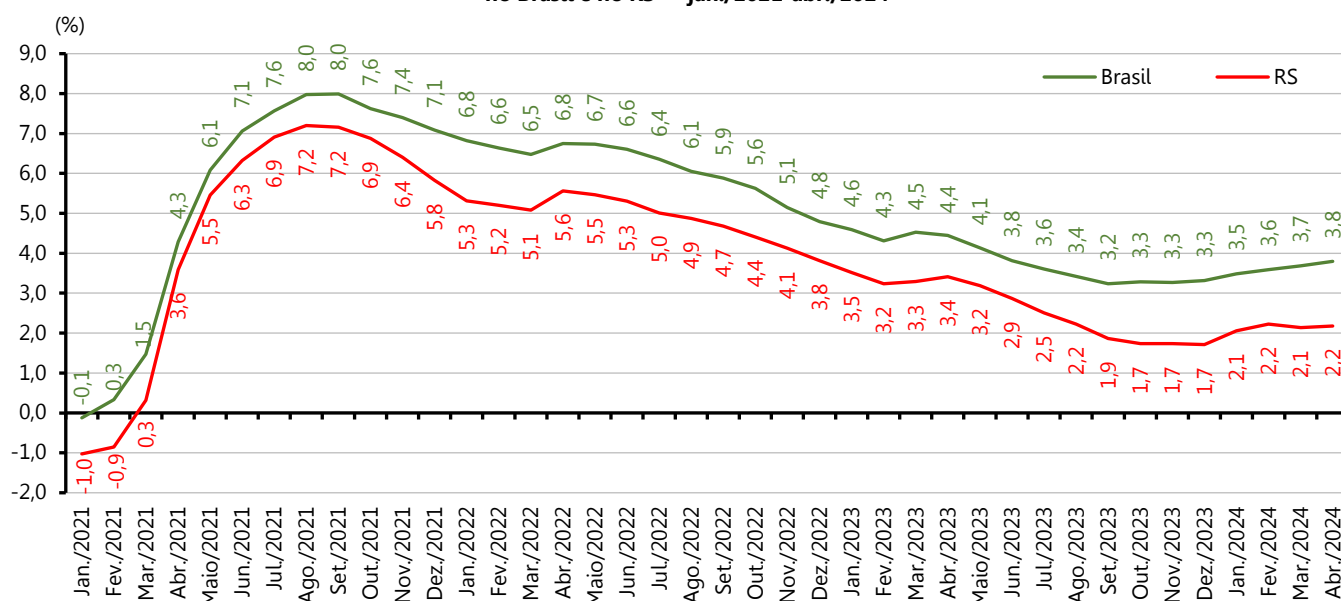
No último número deste Boletim — que avançou até os resultados do Novo Caged referentes a dezembro de 2023 —, evidenciava-se a continuada tendência de desaceleração dos índices anualizados de crescimento do emprego formal, tanto no nível estadual quanto no federal. Esse movimento sucedeu os primeiros resultados da série, excepcionalmente elevados e ascendentes, que caracterizaram a primeira arrancada de recuperação do mercado de trabalho após o forte choque representado pela eclosão da pandemia de COVID-19, em 2020. O arrefecimento afirmou-se claramente como tendência, ainda que com breves oscilações, no último quadrimestre de 2021.

¹¹ Habitualmente, ao final de cada mês, o Ministério do Trabalho e Emprego lança os resultados do Novo Caged referentes ao mês anterior. Esses indicadores, entretanto, sofrem ajustes, nos meses sucessivos, com o processamento e a inclusão de notificações de admissões e desligamentos de trabalhadores remetidas com atraso pelos estabelecimentos empregadores.

Neste momento, com a inclusão dos últimos quatro dados mensais, observa-se que, em ambos os recortes geográficos, configura-se certa estabilidade — e, mesmo, uma pequena elevação — dos índices anualizados de variação do emprego, por um intervalo de tempo um pouco mais longo do que nas recuperações anteriormente verificadas na série. No caso do Brasil, tem-se já sete meses em que o indicador não declina, tendo permanecido em 3,3% de outubro a dezembro de 2023 e crescido paulatinamente nos primeiros quatro meses de 2024, alcançando 3,8% em abril último (**Gráfico 15**).

No plano estadual, esboça-se movimento homólogo, embora com menor nitidez. Nesse caso, foram quatro meses sem redução da variação anualizada do emprego, que ficou estável (em 1,7%) entre outubro e dezembro de 2023 e elevou-se para 2,2% no primeiro mês de 2024. Nos três meses mais recentes, esse mesmo resultado de janeiro alternou-se com um percentual praticamente idêntico, de 2,1%. O último dado disponível, de abril de 2024, retorna aos 2,2%. Por certo, não são alterações de grande expressão, mas se fazem perceber na análise gráfica e podem sinalizar alguma inflexão da tendência que atravessou mais de dois anos.

Gráfico 15 - Variação do estoque de empregos formais, em relação ao mesmo mês do ano anterior, no Brasil e no RS — jan./2021-abr./2024



Fonte: Novo Caged (Brasil, 2024b)

A pronunciada diferença entre as variações anualizadas do emprego no Rio Grande do Sul e no total do Brasil é outro elemento que salta aos olhos na análise do Gráfico 15. Como vem repetindo-se há diversos números deste boletim, no exame dos resultados dos 12 meses mais recentes, encontra-se o Estado na última posição, quando se ordenam as variações percentuais do emprego formal nas 27 UFs, como demonstra a **Tabela 7**.

Conforme já foi registrado, o emprego formal, no Estado, cresceu 2,2% entre abril de 2023 e o mesmo mês deste ano. A segunda variação menos expressiva ocorreu em Alagoas (2,4%), seguindo-se, por esse critério, o Maranhão (2,7%). O quarto pior desempenho foi o de Minas Gerais, que, no entanto, já alcança 3,4%, resultado bem mais próximo aos 3,8% registrados no conjunto do País. Como tem sido registrado nos últimos números deste boletim, as expansões relativas do emprego têm tido como destaque estados da Região Norte, sobretudo, e também da Nordeste e da Centro-Oeste. Nos últimos 12 meses disponíveis, os nove melhores resultados ficaram com UFs das regiões setentrionais do Brasil, lideradas pelo Amapá (com 9,6% de crescimento) e pelo Acre (6,5%). É importante ter presente a persistência dessa tendência, que se reflete na distribuição regional da atividade econômica e do emprego no País, com todos os desdobramentos que isso carrega. Ao mesmo tempo, não se deve perder de vista que, tomados conjuntamente, os oito estados que lideraram esse *ranking* empregavam 2,4 milhões de trabalhadores formais em abril de 2024, enquanto o Rio Grande do Sul, isoladamente, registrava 2,8 milhões de vínculos.

Tabela 7 - Estoques, saldos e variações do emprego formal no Brasil e nas unidades da Federação (UFs) — abr./2020-abr./2024

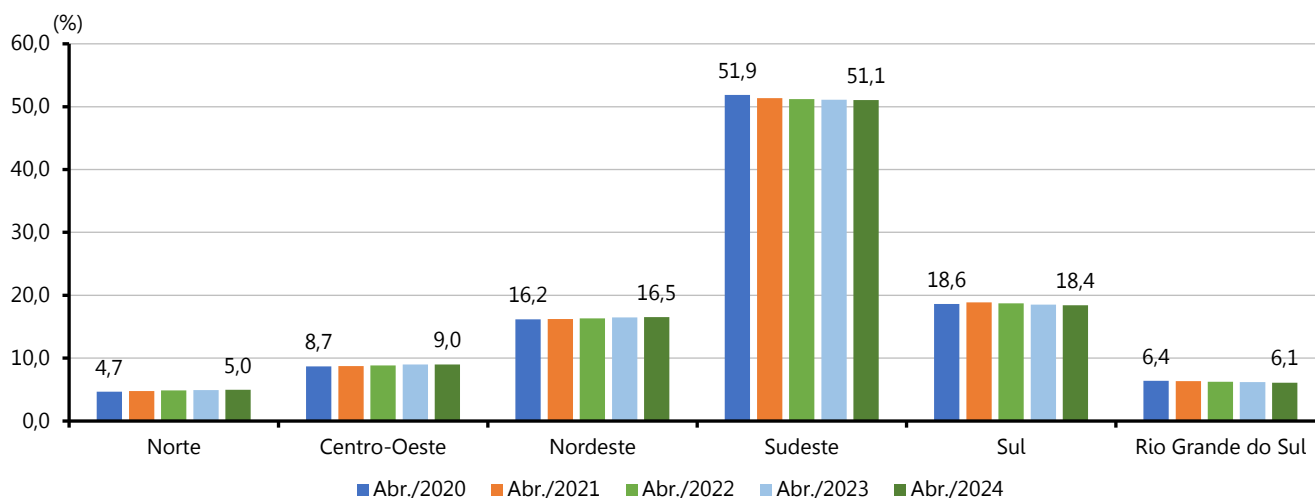
BRASIL E UFs	ESTOQUE EM ABR/2024	ABR/2023-ABR/2024		ABR/2020-ABR/2024	
		Saldo	Variação %	Saldo	Variação %
BRASIL	46.475.700	1.701.950	3,8	7.971.581	20,7
Amapá	89.172	7.842	9,6	22.913	34,6
Acre	107.057	6.578	6,5	25.179	30,8
Roraima	78.809	4.509	6,1	17.339	42,0
Piauí	354.631	20.252	6,1	65.520	22,7
Paraíba	488.626	26.147	5,7	98.448	25,2
Tocantins	256.016	13.422	5,5	46.022	30,0
Rio Grande do Norte	507.578	26.381	5,5	95.097	23,1
Amazonas	527.954	26.659	5,3	123.902	30,7
Pará	965.283	47.847	5,2	207.376	27,4
Espírito Santo	896.535	41.049	4,8	177.786	24,7
Mato Grosso	947.232	41.694	4,6	210.911	28,6
Rio de Janeiro	3.796.789	164.013	4,5	575.536	17,9
Ceará	1.370.114	58.850	4,5	259.630	23,4
Sergipe	329.493	14.033	4,4	40.857	17,2
Distrito Federal	989.371	41.034	4,3	165.998	20,2
Rondônia	290.079	11.696	4,2	43.455	23,2
Mato Grosso do Sul	675.412	26.464	4,1	135.058	25,0
Pernambuco	1.461.655	56.387	4,0	265.383	22,2
Paraná	3.179.239	119.811	3,9	533.974	20,2
Goiás	1.575.865	59.022	3,9	326.199	26,1
Bahia	2.088.562	73.901	3,7	398.403	23,6
Santa Catarina	2.541.895	85.962	3,5	321.456	23,0
São Paulo	14.150.102	476.896	3,5	1.721.301	18,1
Minas Gerais	4.884.886	160.900	3,4	840.458	20,8
Maranhão	644.850	17.102	2,7	132.770	25,9
Alagoas	433.020	10.182	2,4	89.653	26,1
Rio Grande do Sul	2.840.145	60.558	2,2	381.954	15,5
Não identificado	5.330	2.759	-	9.319	-

Fonte: Novo Caged (Brasil, 2024b).

Corroborando a percepção de que essas diferentes cadências de crescimento do emprego das regiões nacionais têm-se afirmado como tendência, a consolidação das variações do emprego formal nos últimos quatro anos — o maior recuo que a série temporal do Novo Caged possibilita no momento — evidencia UFs da Região Norte com os cinco melhores resultados, seguidas por uma UF da Região Centro-Oeste, mais uma da Norte e, então, uma da Nordeste. Das UFs das Regiões Sul e Sudeste, a que melhor desempenho alcançou nesse período expandido foi o Espírito Santo, o que lhe conferiu a 13.^a posição no ordenamento das 27 UFs. Nesses 48 meses, o emprego no Brasil elevou-se 20,7%, enquanto, em Roraima, o percentual atingiu 42,0%. Seguiram-se Amapá e Acre (34,6% e 30,8% respectivamente). A última colocação, também aqui, é do Rio Grande do Sul (15,5%).

Esse intervalo de quatro anos que o Novo Caged permite captar é, por certo, insuficiente para que se apreendam movimentos estruturais na distribuição regional do emprego do País. Ainda assim, com um caráter meramente indicativo, apresenta-se, no **Gráfico 16**, a participação de cada uma das cinco grandes regiões — bem como a do Rio Grande do Sul — no estoque de empregos do Brasil, de 2020 a 2024, tomando-se sempre o mês de abril de cada ano.

Gráfico 16 - Participação das grandes regiões e do Rio Grande do Sul no emprego do Brasil — abr./2020-abr./2024



Fonte: Novo Caged (Brasil, 2024b).

Recuperando-se, primeiramente, um elemento já mencionado, visualiza-se, no Gráfico 16, que o Rio Grande do Sul, separadamente, possui, ao longo de toda a série, uma participação superior, na estrutura do mercado formal de trabalho do Brasil, à de toda a Região Norte, que agrega sete UFs. Essa, que é a menor das cinco regiões por esse critério, destaca-se, como foi enfatizado, com as UFs com mais elevadas variações percentuais do emprego ao longo da série. Tal liderança encontra uma expressão no crescimento da participação da região no estoque nacional de postos de trabalho formalizados, que passou de 4,7% em 2020 para 5,0% em 2024. Trata-se de 0,3 ponto percentual, que é, por um acaso matemático, o mesmo avanço pelo qual passam as participações das Regiões Nordeste (16,2% para 16,5%) e Centro-Oeste (8,7% a 9,0%). Cabe atentar para o fato de que esse 0,3 p.p. se refere ao total do emprego nacional, representando, portanto, variações muito diferenciadas para a dimensão — heterogênea — dos mercados de trabalho de cada uma dessas regiões. Tomando-se outra forma de mensurar esses movimentos, o número de vínculos formais, no âmbito dessas regiões, atingiu as seguintes expansões: 28,7% na Região Norte; 25,0% na Centro-Oeste; e 23,3% na Nordeste. Tendo-se presente que o agregado do País registrou crescimento de 20,7% nesse período, as Regiões Sudeste e Sul são as que tiveram recuo de seu peso relativo no mercado de trabalho da Federação. No caso da Região Sul, a variação do estoque (19,4%) situou-se abaixo, porém mais próxima, da do conjunto do Brasil. Já na Sudeste, a expansão foi a menor entre as cinco grandes regiões, atingindo 18,8%. Com isso, ambas perderam participação. A Região Sudeste mantém mais da metade do mercado formal do País, mas seu peso marcou uma retração, dos 51,9% em 2020 para 51,1% em 2024. O da Região Sul, por sua vez, recuou 0,2 p.p., de 18,6% para 18,4%.

O mercado formal gaúcho, como se viu, teve o pior resultado entre as 27 UFs nesses 48 meses. Isso se traduziu em um recuo de 0,3 p.p. de sua participação no estoque de empregos formais do País — diminuição mais intensa do que a da Região Sul, por essa mesma métrica. Dos 6,4% que detinha em abril de 2020, o Estado chegou ao mesmo mês de 2024 com 6,1%.

2.2 RESULTADOS SETORIAIS NO RS: SERVIÇOS SUSTENTAM VARIAÇÃO POSITIVA; INDÚSTRIA ELIMINA EMPREGOS

A geração do saldo de 60,6 mil empregos adicionais no Estado, nos 12 meses encerrados em abril último, carrega comportamentos bastante diferenciados dos setores de atividade, tomados, aqui, os cinco grandes grupamentos com que o Novo Caged inicia sua desagregação das atividades econômicas. Serviços foram responsáveis por 46,6 mil desses vínculos (**Tabela 8**), alcançando uma participação de 77,0% no resultado final (**Gráfico 17**). A variação relativa de seu estoque de empregos foi de 4,0%, quase o dobro dos 2,2% do conjunto dos setores ou dos 2,1% do segundo colocado nesse ordenamento, o comércio. Este último grupamento contribuiu com 13,2 mil empregos, ou 21,9% do saldo geral. Apenas um grupamento, a indústria, registrou redução do número de postos, com um saldo de -2,8 mil vagas, o que significou variação de -0,4% nos 12 meses. Os dois setores com menores participações na

estrutura do emprego formal gaúcho, agropecuária e construção, apresentaram crescimento de pequena expressão (2,0% e 1,0% respectivamente).

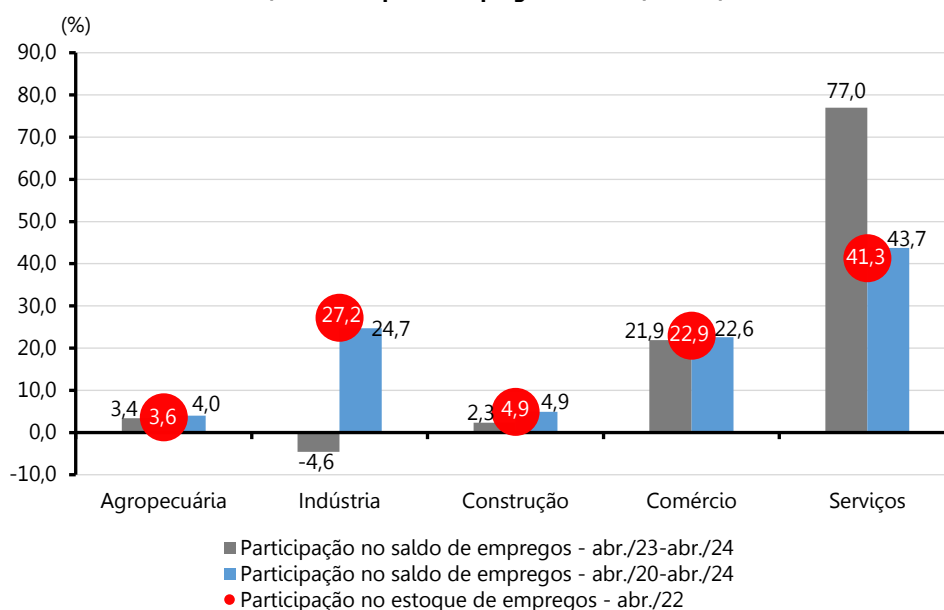
Tabela 8 - Estoques, saldos e variações do emprego formal nos grandes grupamentos setoriais do Rio Grande do Sul — abr./2020-abr./2024

GRUPAMENTO	ESTOQUE					SALDO					VARIÇÃO %				
	Abr./20	Abr./21	Abr./22	Abr./23	Abr./24	2020-21	2021-22	2022-23	2023-24	Acumulado	2020-21	2021-22	2022-23	2023-24	Acumulada
Agropecuária	88.071	93.604	97.869	101.315	103.351	5.533	4.265	3.446	2.036	15.280	6,3	4,6	3,5	2,0	17,3
Comércio	650.571	696.555	731.627	747.838	745.077	45.984	35.072	16.211	-2.761	94.506	7,1	5,0	2,2	-0,4	14,5
Construção	118.553	124.909	131.276	135.879	137.281	6.356	6.367	4.603	1.402	18.728	5,4	5,1	3,5	1,0	15,8
Indústria	566.232	589.291	616.650	639.327	652.572	23.059	27.359	22.677	13.245	86.340	4,1	4,6	3,7	2,1	15,2
Serviços	1.034.764	1.041.985	1.110.461	1.155.228	1.201.864	7.221	68.476	44.767	46.636	167.100	0,7	6,6	4,0	4,0	16,1
Total	2.458.191	2.546.344	2.687.883	2.779.587	2.840.145	88.153	141.539	91.704	60.558	381.954	3,6	5,6	3,4	2,2	15,5

Fonte: Novo Caged (Brasil, 2024b).

Os resultados setoriais anualizados evidenciam alterações bastante acentuadas nas participações de cada grupamento, ao longo dos 48 meses abarcados, na produção dos saldos de emprego, no Estado. A indústria apresenta a trajetória com mais drástica reversão: partindo de uma fatia de 52,2% no saldo gerado entre abril de 2020 e abril de 2021 — o período mais agudo da crise sanitária provocada pela pandemia de COVID-19 —, sua participação recuou continuamente, passando para 24,8% nos 12 meses seguintes; 17,7% entre abril de 2022 e abril de 2023; e, finalmente, o recuo acima apontado no emprego do setor equivaliu a uma participação negativa (-4,6%) no saldo dos últimos 12 meses disponíveis, encerrados em abril de 2024. Um breve exame dos segmentos industriais que enfrentam maiores adversidades será feito ainda nesta subseção.

Gráfico 17 - Participação dos grandes grupamentos setoriais na formação dos saldos (abr./23-abr./24 e abr./20-abr./24) e no estoque de empregos formais (abr./22) do Rio Grande do Sul



Fonte: Novo Caged (Brasil, 2024b).

Antes disso, é interessante observar que, nos resultados acumulados dos últimos quatro anos, as participações dos setores na produção do saldo de emprego do Estado (que atinge, nesse caso, 382 mil postos adicionais) situam-se bem mais próximas às que eles ostentam na estrutura do mercado formal de trabalho, vale dizer, no estoque de empregos estimado pelo Novo Caged. Como se pode observar no Gráfico 17, o peso da indústria nos empregos adicionais desse período expandido situa-se em 24,7%, resultado inferior, mas relativamente próximo, aos 27,2% que ela detinha na distribuição do total de empregados formais gaúchos em abril de 2022¹².

¹² Mês tomado como referência por ser o ponto intermediário da série.

Para os serviços, essas mesmas participações são também bastante semelhantes, mas, nesse caso, sua contribuição ao saldo acumulado dos quatro anos (43,7%) supera levemente sua participação na estrutura (41,3%). Também, nos outros três grandes grupamentos, se constata essa proximidade entre as duas grandezas, o que permite afirmar que, no cômputo do quadriênio, a distribuição setorial dos postos de trabalho formalizados no Rio Grande do Sul se mantém bastante estável, em que pesem as discrepâncias de desempenho das diferentes atividades ao longo do período.

Considerando-se a perda absoluta de empregos acumulada nos 12 meses mais recentes, bem como o papel estratégico desse setor no tecido produtivo, a indústria é objeto, a seguir, de um exame mais desagregado, para que se identifiquem os segmentos que passaram por retração, aqueles que se mantiveram estáveis e os que conseguiram expandir seus coletivos de trabalho (**Tabela 9**). Optou-se por utilizar as 24 divisões da CNAE 2.0 que compõem a indústria de transformação (IT), a qual representa 96% do total do grande grupamento indústria¹³. É importante assinalar, como ponto de partida, que, aplicada essa delimitação, a retração observada se atenua: se o total da indústria passou por redução de 0,4%, a IT, isoladamente, sofreu perda mais suave, de 0,1% (com a eliminação de 930 postos formais). O mais severo corte de pessoal teve lugar em um segmento da indústria que não integra a IT — esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação —, que tem pouca relevância do ponto de vista do estoque de empregos: dos 16,3 mil trabalhadores que empregava em abril de 2023, eliminou pouco mais de 2 mil nos 12 meses seguintes, o que equivale a 12,3% de retração.

Tabela 9 - Estoques, saldos e variações do emprego formal nos segmentos da indústria de transformação, segundo as divisões da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), do Rio Grande do Sul — abr./2020-abr./2024

DIVISÕES DA CNAE 2.0	ESTOQUE					SALDO		VARIÇÃO %	
	Abr./20	Abr./21	Abr./22	Abr./23	Abr./24	Abr./24 Abr./23	Abr./24 Abr./20	Abr./24 Abr./23	Abr./24 Abr./20
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	39.961	38.990	41.584	44.414	47.581	3.167	7.620	7,1	19,1
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	10.040	10.745	11.209	11.516	12.168	652	2.128	5,7	21,2
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	10.252	11.731	13.991	14.244	15.029	785	4.777	5,5	46,6
Fabricação de produtos químicos	16.301	17.145	17.853	18.642	19.655	1.013	3.354	5,4	20,6
Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	9.148	9.395	9.779	9.953	10.416	463	1.268	4,7	13,9
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	35.268	38.905	39.325	40.789	42.280	1.491	7.012	3,7	19,9
Fabricação de bebidas	9.191	9.429	10.119	10.601	10.915	314	1.724	3,0	18,8
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	10.967	11.638	12.000	12.121	12.357	236	1.390	1,9	12,7
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	2.247	2.243	2.297	2.435	2.481	46	234	1,9	10,4
Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	1.912	1.974	1.996	2.010	2.044	34	132	1,7	6,9
Fabricação de móveis	33.907	37.588	38.957	38.328	38.907	579	5.000	1,5	14,7
Fabricação de produtos alimentícios	136.332	143.886	144.143	148.075	149.578	1.503	13.246	1,0	9,7
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	17.795	19.552	20.113	20.302	20.370	68	2.575	0,3	14,5
Impressão e reprodução de gravações	5.786	5.889	5.991	6.203	6.216	13	430	0,2	7,4
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	51.955	59.493	62.021	62.424	62.529	105	10.574	0,2	20,4
Fabricação de produtos diversos	14.625	15.418	16.157	16.411	16.208	-203	1.583	-1,2	10,8
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	91.963	92.682	102.963	102.535	99.171	-3.364	7.208	-3,3	7,8
Fabricação de produtos têxteis	7.798	8.462	9.360	9.179	8.850	-329	1.052	-3,6	13,5
Fabricação de produtos de madeira	14.107	15.778	17.259	16.956	16.266	-690	2.159	-4,1	15,3
Fabricação de máquinas e equipamentos	57.137	65.617	74.090	74.925	71.542	-3.383	14.405	-4,5	25,2
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	19.587	19.778	21.244	21.078	19.989	-1.089	402	-5,2	2,1
Fabricação de produtos do fumo	12.634	14.847	15.202	16.487	15.622	-865	2.988	-5,2	23,7
Metalurgia	7.698	8.724	10.070	9.963	9.312	-651	1.614	-6,5	21,0
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	1.817	4.381	2.411	5.823	4.998	-825	3.181	-14,2	175,1
Indústria de transformação	618.428	664.290	700.134	715.414	714.484	-930	96.056	-0,1	15,5

Fonte: Novo Caged (Brasil, 2024b).

¹³ São também atividades classificadas como industriais, além da IT, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação; indústrias extrativas; e eletricidade e gás.

Nos últimos 12 meses captados pelo Novo Caged, nove das 24 divisões da CNAE 2.0 que compõem a indústria de transformação passaram por redução de seus contingentes de trabalhadores formais. Juntas, eliminaram 11,4 mil vínculos de emprego. Os outros 15 segmentos conseguiram gerar um saldo positivo de 10,5 mil vagas — insuficiente, portanto, para assegurar variação positiva para o emprego na IT gaúcha. As duas retrações absolutas mais marcantes, de dimensões muito próximas, ocorreram em dois segmentos de grande tradição e relevo na estrutura produtiva do Estado: fabricação de máquinas e equipamentos, de um lado, e preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados, de outro, concluíram o ciclo anual com uma diminuição de, aproximadamente, 3,4 mil vagas cada. Confeção de artigos do vestuário e acessórios ocupou a terceira posição nesse ordenamento, com saldo de -1,1 mil empregos.

Pelo critério da variação relativa de seus contingentes, entre os segmentos que registraram perdas no emprego, o destaque foi fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores, segmento de pequena dimensão do ponto de vista do número de postos de trabalho, que, ao longo da série do Novo Caged, vem destacando-se, no acompanhamento periódico que este boletim realiza da IT, com percentuais elevados, ora de crescimento, ora de contração. Seus movimentos espasmódicos derivam das especificidades de sua oferta, quase exclusivamente concentrada na produção de embarcações, que, no Estado, oscila conforme as perspectivas e o andamento, acidentado, do projeto de constituição de um polo naval na região Sul. Entre abril de 2023 e o mesmo mês deste ano, sua variação foi de -14,2%. Na sequência, os segmentos da IT gaúcha com maiores reduções relativas foram a metalurgia (-6,5%) e as divisões fabricação de produtos do fumo, de um lado, e confeção de artigos do vestuário e acessórios, de outro. Ambas eliminaram 5,2% de seus vínculos formais no período.

Tomando-se os segmentos da indústria de transformação que expandiram seus contingentes de empregados formais entre abril de 2023 e abril último, sobressai, tanto pelo número de postos criados quanto pelo percentual de crescimento, a fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias. Foram 3,2 mil vínculos adicionais, que representaram um crescimento de 7,1% do contingente formalmente empregado. A atividade mais representativa, do ponto de vista do emprego, dessa divisão da CNAE, a fabricação de autopeças — que concentra pouco mais da metade do contingente —, teve variação zero do emprego formal. Tem, no entanto, a expectativa de se beneficiar dos investimentos na indústria automobilística nacional que vêm sendo anunciados. Puxaram a expansão a fabricação de caminhões e ônibus, cujo emprego cresceu 22,1% (com saldo de 1,8 mil postos), e a de cabines, carrocerias e reboques, que gerou 1,5 mil vagas adicionais, expansão de 16,7%. Essas atividades chegaram a abril de 2024 com contingentes de cerca de 10 mil trabalhadores cada. A fabricação de automóveis, camionetas e utilitários, por sua vez, limitava-se, no Estado, a 2,5 mil empregados formais em abril último. Nos 12 meses considerados, sua variação foi negativa (-4,5%), com a eliminação de 120 vagas.

Os demais segmentos industriais a se destacarem pelo número de vagas geradas no período analisado foram produtos alimentícios e borracha e plásticos, cada qual com saldo de 1,5 mil postos. Pelo critério do crescimento relativo, seguiram-se à divisão de veículos automotores as de máquinas e aparelhos e materiais elétricos (5,7%), manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (5,5%) e produtos químicos (5,4%).

Quando se consideram todas as divisões da CNAE 2.0 e não apenas aquelas da IT, os destaques na geração de empregos, pelo critério do número absoluto de vagas, em consonância com os comportamentos dos grandes grupos anteriormente analisados, localizaram-se nos serviços e no comércio. O primeiro desses dois setores teve as duas primeiras colocações nesse ordenamento, com serviços de escritório e apoio administrativo (saldo de 6,8 mil vagas) e atenção à saúde humana (6,2 mil). Seguiram-se os dois grandes segmentos do comércio, o varejista (5,7 mil) e o atacadista (5,2 mil). Convergindo, uma vez mais, com os resultados setoriais, as três divisões da CNAE 2.0 com saldos negativos mais elevados integravam o setor indústria. Também quando se enfocam as variações percentuais — e excluídas as divisões com menos de 1 mil empregados em abril último —, o setor serviços mostrou sua liderança. As nove atividades com melhores desempenhos relativos pertenciam a esse setor, destacando-se publicidade e pesquisa de mercado (26,6%), seleção, agenciamento e locação de mão de obra (13,7%) e serviços de informação (10,7%). Mais uma vez, as piores posições no ordenamento ficaram com as divisões da indústria.

2.3 ATRIBUTOS PESSOAIS: REFORÇO DA PARTICIPAÇÃO DE MULHERES, TRABALHADORES JOVENS E INDIVÍDUOS COM ENSINO MÉDIO

Além das disparidades setoriais e regionais nas variações do emprego formal — e, em certa medida, imbricadas com elas —, há também diferenças no acesso aos postos de trabalho gerados no Estado segundo atributos pessoais dos indivíduos que buscam inserção nesse circuito do mercado de trabalho. Nesta subseção, faz-se uma aproximação dessa questão, distribuindo-se os saldos gerados no emprego formal gaúcho entre abril de 2023 e o mesmo mês deste ano segundo três atributos sucessivos dos trabalhadores — sexo, idade e escolaridade (**Tabela 10**). Para que se tenha uma referência, mesmo que indireta, cotejam-se esses resultados com a distribuição, pelos mesmos atributos, do conjunto de indivíduos que se encontravam em vínculos formais de trabalho ao final de 2022, segundo a RAIS.

Como vem repetindo-se nas análises deste boletim há diversos trimestres, nos 12 meses mais recentes capturados pelo Novo Caged, por uma pequena diferença, a maior parte (50,6%) do saldo de contratações e desligamentos, no Rio Grande do Sul, ficou com as mulheres. Esse resultado representa um avanço com relação à participação que elas detinham na última RAIS, em que representavam 46,9% do total vínculos formais.

Tabela 10 - Distribuição do saldo do emprego formal e participação no saldo de abr./2023-abr./2024 e participação no estoque de emprego formal em 31/dez./2022, segundo atributos selecionados dos trabalhadores, no Rio Grande do Sul

DISCRIMINAÇÃO	NOVO CAGED ABR/24 ABR/23		RAIS 2022 (31/DEZ)
	Saldo em Abr./23-Abr./24	Participação % no Saldo	Participação % no Estoque
Sexo (total)	60.558	100,0	100,0
Homens	29.917	49,4	53,1
Mulheres	30.641	50,6	46,9
Faixa etária (total)	60.558	100,0	100,0
Menos de 18 anos	26.190	43,2	1,3
De 18 a 24 anos	50.750	83,8	13,9
De 25 a 29 anos	3.460	5,7	13,4
De 30 a 39 anos	-3.440	-5,7	27,3
De 40 a 49 anos	-120	-0,2	23,9
De 50 a 64 anos	-11.843	-19,6	18,2
65 ou mais	-4.439	-7,3	2,0
Escolaridade (total)	60.558	100,0	100,0
Analfabeto	278	0,5	0,2
Fundamental incompleto	-571	-0,9	9,7
Fundamental completo	2.111	3,5	8,6
Médio incompleto	11.414	18,8	7,7
Médio completo	46.319	76,5	46,2
Superior incompleto	1.951	3,2	6,4
Superior completo	-944	-1,6	21,3

Fonte: Novo Caged (Brasil, 2024b).
RAIS (Brasil, 2024a).

Quando se considera a idade dos trabalhadores, há uma marcante discrepância entre o peso que os indivíduos com idades inferiores a 25 anos detinham na estrutura da RAIS de 2022 (15,2%) e a dimensão que essa faixa ampliada representa na produção do saldo de emprego formal do Estado nos 12 meses em análise. Em verdade, computados as admissões e os desligamentos, esse segmento etário dispôs de 76,9 mil postos adicionais entre abril de 2023 e abril de 2024. Tal número é superior em 27,1% ao saldo total do emprego formal gaúcho, que se limitou a 60,6 mil, na medida em que todas as faixas de idade a partir dos 30 anos sofreram perdas¹⁴. Entre esse contingente avassaladoramente predominante de jovens, de um lado, e o amplo segmento etário que computou perdas, de outro, a faixa

¹⁴ Adverte-se, como se costuma fazer neste boletim, que os saldos por idade servem apenas como uma indicação de possíveis vieses no recrutamento de força de trabalho. Esse dado carrega uma limitação importante: a idade é um atributo que se altera regularmente para todos os

de 25 a 29 anos — que representava 13,4% dos empregados formais do Rio Grande do Sul, em 2022 — contribuiu com 5,7% do saldo do emprego nos últimos 12 meses, encontrando-se, desse modo, relativamente sub-representada. Desse segmento em diante, verificam-se resultados negativos, que chegaram a -11,8 mil para os indivíduos de 50 a 64 anos (grupo que detinha 18,2% do estoque de empregos em 2022). O segundo saldo negativo mais expressivo, de -3,4 mil, ocorreu na faixa de 30 a 39 anos, que ostentava maior participação (27,3%) na RAIS de 2022, acompanhando-se a segmentação de faixas etárias utilizada nessa base estatística.

A sobrerrepresentação dos jovens de até 24 anos na produção dos saldos do Caged — em que pesem as limitações do dado — tem apresentado uma forte tendência de intensificação, nos sucessivos números deste boletim. Há um ano, por exemplo, a participação dessa faixa etária atingia 92,4% do saldo total de vínculos adicionais de emprego formal; desta vez, alcançou 127,1%.

Tomando-se, por fim, os saldos segundo intervalos de escolaridade, encontra-se situação homóloga à que se detectou quanto ao perfil por idade: aqui, a participação desproporcionalmente elevada é a dos trabalhadores com ensino médio incompleto e completo. No primeiro caso, a faixa representava, na RAIS de 2022, 7,7% dos indivíduos formalmente empregados no Estado; no saldo dos últimos 12 meses do Novo Caged, essa participação saltou para 18,8%. Para o ensino médio completo, os percentuais são, respectivamente, de 46,2% e 76,5%. Tomadas conjuntamente as duas categorias, a elas foram destinados 95,3% dos vínculos adicionais de trabalho criados entre abril de 2023 e abril de 2024. Nessa distribuição, entretanto, embora com resultados muito pouco expressivos, houve pequenos saldos positivos em outros níveis de escolaridade. As exceções foram ensino fundamental incompleto (cuja participação decresce continuamente no mercado formal e no conjunto da população) e, no outro extremo, ensino superior completo. Aqui, uma pequena superioridade dos desligamentos ante as admissões gerou um saldo de -944 vínculos, sugerindo que o segmento que potencialmente aportaria mais elevadas qualificações para o sistema produtivo gaúcho está tendo restritas oportunidades de acesso ao emprego formal.

2.4 OS RESULTADOS NAS REGIÕES FUNCIONAIS DO RS E SUA DIVERSIDADE

Entre abril de 2023 e o mesmo mês deste ano, as nove RFs em que se subdivide o Estado para fins de planejamento alcançaram variação positiva do emprego formal, mas houve grande heterogeneidade entre elas quanto à intensidade desse crescimento (**Mapa 1**). A expansão menos expressiva, de 0,6%, verificou-se na RF 7 (Noroeste do Rio Grande do Sul, em que se destacam Ijuí, Santa Rosa e Santo Ângelo). Já a RF 9 (cujos maiores empregadores são os Municípios de Passo Fundo e Erechim) destacou-se pelo mais alto percentual, de 4,0%. Como se observa, a amplitude das variações fez com que a região com melhor desempenho apresentasse uma variação mais de seis vezes superior à daquela com resultados mais modestos.

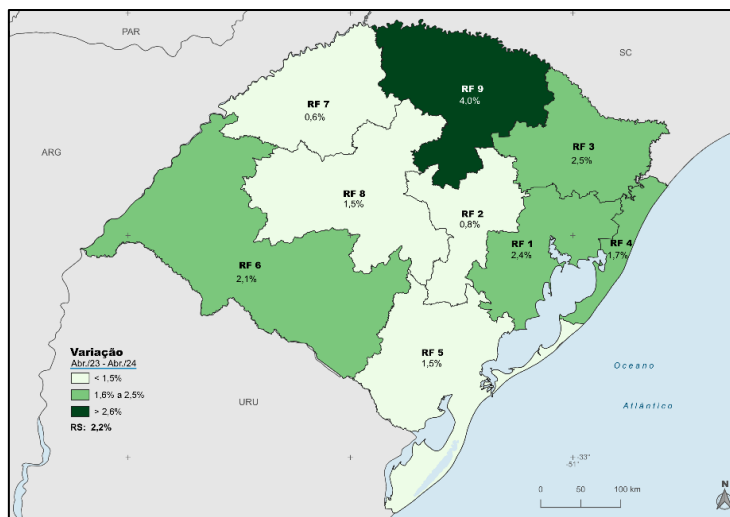
A RF 7 foi afetada pelo mau desempenho, anteriormente apontado, da indústria de máquinas e equipamentos, que realizou um grande número de demissões em municípios como Horizontina — onde esse segmento industrial define a pulsação de toda a economia local. Nos últimos 12 meses, esse foi o município da RF 7 com o segundo pior saldo absoluto do emprego (-661 postos), com uma contração de 10,8% de seu estoque total de vínculos formais. A situação relativamente mais aguda, entretanto, verificou-se em Miraguaí, que, em abril último, computava 881 vagas a menos do que no mesmo mês do ano anterior, o que significou um decréscimo de 55,1% de seu mercado de trabalho legalizado. O epicentro dessa drástica redução foi a indústria de alimentos, especificamente o segmento de carnes e derivados.

Já na RF 9, primeira colocada na geração de empregos do período analisado, o saldo de novos postos concentrou-se nos dois maiores municípios: Passo Fundo teve forte predominância dos serviços, especialmente atividades profissionais, científicas e técnicas e atividades administrativas e serviços complementares, na consolidação desse

indivíduos, e o Novo Caged não contempla as mudanças de faixa etária pelo decurso do tempo. Um jovem contratado com 24,5 anos, por exemplo, terá sua admissão registrada nessa faixa; se ele não for desligado do vínculo, em seis meses, ao completar 25 anos, mudará de intervalo etário na prática, mas essa alteração não será captada na base do Novo Caged, o que infla artificialmente o peso do grupo etário que o trabalhador integrava ao ser admitido. De forma homóloga, ainda que menos generalizada, mudanças no nível de escolaridade de empregados cujo vínculo não sofre interrupção também não são apreendidas por essa base.

resultado. Já em Erechim, a indústria gerou um saldo bem próximo ao dos serviços, merecendo destaque os resultados de segmentos da IT como fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias, e móveis. O terceiro maior número de empregos adicionais, na RF 9, foi computado em Soledade, município com um mercado de trabalho de dimensões bem menores. Ali, a indústria de alimentos foi o principal fator de expansão — em especial, a produção de carnes e derivados.

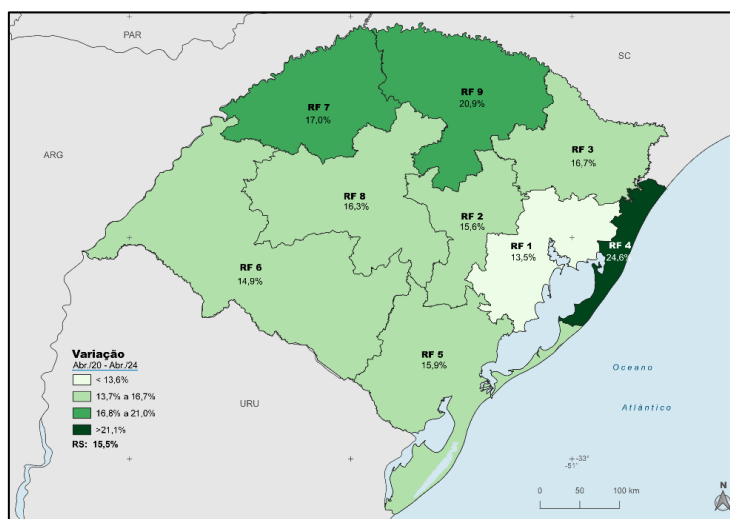
Mapa 1 - Variação do emprego formal nas Regiões Funcionais (RFs) do Rio Grande do Sul — abr./2023-abr./2024



Fonte: Novo Caged (Brasil, 2024b).

Estendendo-se ao exame comparado da evolução do emprego nas RFs gaúchas o procedimento de acumular as variações do emprego nos últimos 48 meses disponíveis (**Mapa 2**), encontra-se um grau de dispersão bem menor entre elas do que o identificado no último recorte anualizado. Neste caso, os percentuais têm como ponto mínimo os 13,5% registrados na RF 1, Metropolitana, e como máximo, a RF 4, Litoral. Esta última RF, que tem como principais concentrações de emprego formal os Municípios de Capão da Canoa, Osório, Torres e Tramandaí e vem passando por um incremento demográfico positivamente diferenciado desde, pelo menos, a década de 90, viu essa tendência intensificar-se muito no contexto da pandemia de COVID-19, o que se refletiu fortemente na geração de emprego formal captada pelo Novo Caged, especialmente em 2020 e 2021. Mais recentemente, como se constatou nos resultados dos últimos 12 meses, as taxas de crescimento do Litoral vêm aproximando-se das demais regiões.

Mapa 2 - Variação do emprego formal nas Regiões Funcionais (RFs) do Rio Grande do Sul — abr./2020-abr./2024



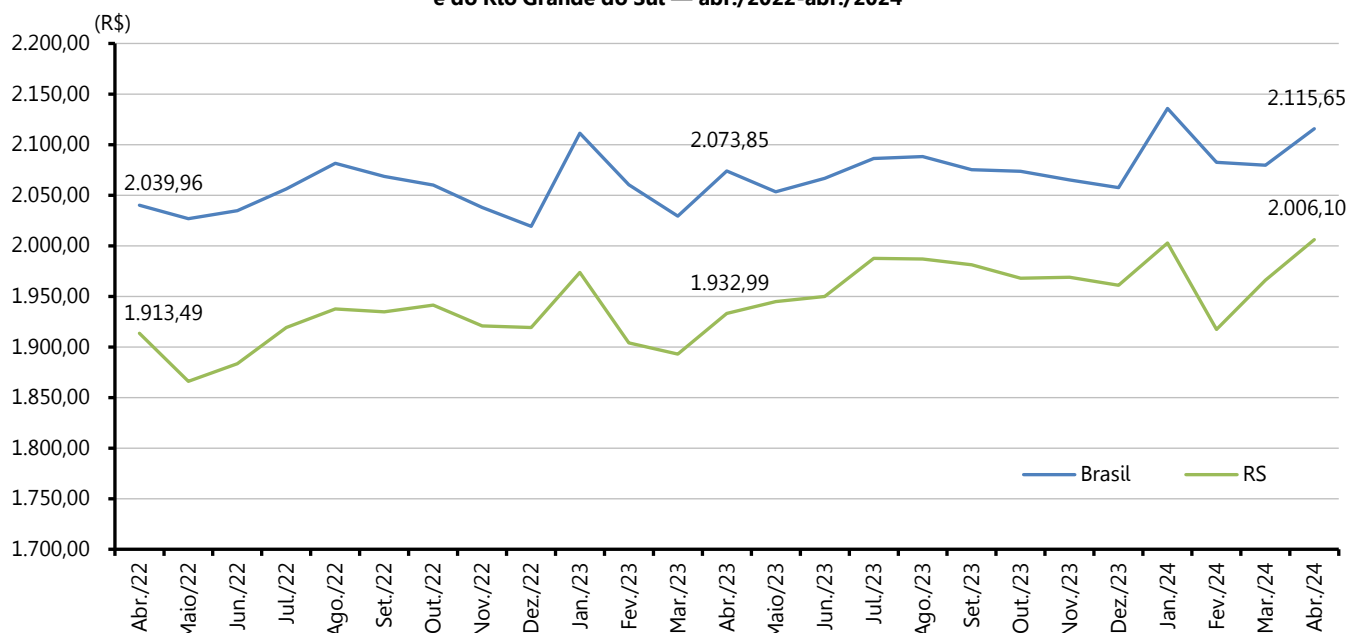
Fonte: Novo Caged (Brasil, 2024b).

A última posição da RF 1, por sua vez, espelha tendência de mais longo prazo de desconcentração da atividade econômica e do emprego no território gaúcho. A capital, Porto Alegre, em especial, condiciona esse resultado, pela conjugação de seu grande peso (44,5% em abril último) no estoque total de postos formais de trabalho da região, de um lado, e por seu dinamismo negativamente diferenciado, de outro. Nesses 48 meses, a variação do emprego na cidade limitou-se a 10,0%, o que lhe confere a 57.^a posição entre os 70 municípios da Região Funcional.

2.5 SALÁRIOS MÉDIOS DE ADMISSÃO NO BRASIL, NO RS E NOS SETORES DE ATIVIDADE GAÚCHOS

Em abril de 2024, último dado disponível do Novo Caged, o salário médio real de um trabalhador admitido no mercado formal gaúcho era de R\$ 2.006,10 (**Gráfico 18**). Esse valor situava-se abaixo da remuneração praticada no agregado do Brasil, que atingia R\$ 2.115,65. Em toda a série, o Rio Grande do Sul apresenta valores inferiores aos nacionais. Tomando-se as referências dos meses de abril dos três últimos anos, a razão entre o salário médio do Estado e o do País oscilou entre 0,94 em 2022, 0,93 em 2023 e 0,95 em 2024.

Gráfico 18 - Salários médios reais de admissão no mercado formal de trabalho do Brasil e do Rio Grande do Sul — abr./2022-abr./2024



Fonte: Microdados do Novo Caged (Brasil, 2024b).

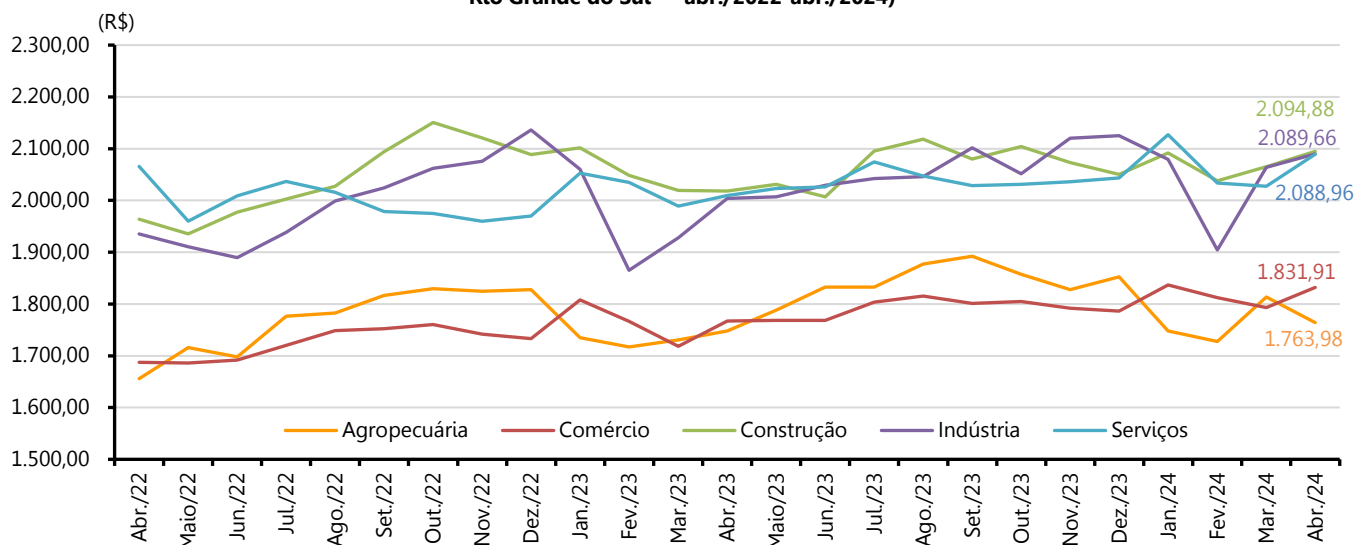
Nota: Valores atualizados para abr./2024 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Os salários médios mostram variações positivas. Na comparação anual, o salário de abril de 2024 encontrava-se 3,8% acima daquele do mesmo mês de 2023 no Rio Grande do Sul. No conjunto do País, o crescimento foi proporcionalmente inferior, atingindo 2,0%. Recuando-se dois anos, no cotejo com abril de 2022, a elevação foi mais substantiva em ambos os recortes regionais, e, mais uma vez, o Estado apresentou expansão mais significativa dos ganhos dos trabalhadores: no Brasil, o crescimento atingiu 3,7%; no mercado formal gaúcho, 4,8%.

Examinando-se os valores e a evolução, nos últimos dois anos, dos salários médios reais de ingresso no mercado formal gaúcho por setor (**Gráfico 19**), constata-se, primeiramente, que construção, indústria e serviços se mantiveram com valores próximos, a despeito das oscilações — as quais, nesse recorte de valores mensais dos últimos 24 meses, possivelmente carregam efeitos de ciclos sazonais das atividades que cada setor agrega. Já os salários da agropecuária e do comércio variaram em um patamar mais baixo.

Em abril de 2024, o salário médio real de admissão na agropecuária situava-se cerca de 12,1% abaixo da média do conjunto dos setores no Estado; no comércio, essa desvantagem era de 8,7%. Já para construção, indústria e serviços, as remunerações médias excediam em pouco mais de 4% aquela do mercado formal em sua totalidade.

Gráfico 19 - Salários médios reais de admissão, segundo o setor de atividade, no mercado formal de trabalho do Rio Grande do Sul — abr./2022-abr./2024



Fonte: Microdados do Novo Caged (Brasil, 2024b).

Nota: Valores atualizados para abr./2024 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

A variação dos salários médios reais de ingresso nos últimos 12 meses foi mais positiva, no Estado, para a indústria (mais 4,3%), seguindo-se serviços (mais 4,0%). O resultado menos expressivo foi o da agropecuária (mais 0,9%). Já na comparação com o mesmo mês de 2022, foi o comércio, em abril último, que acumulou a expansão mais significativa (mais 8,6%); resultado próximo do da indústria (mais 8,0%), segunda colocada. Nesse intervalo de tempo, o crescimento mais acanhado das remunerações iniciais verificou-se nos serviços (mais 1,1%).

2.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Rio Grande do Sul e o conjunto do País mantiveram a sequência de variações positivas do emprego formal nos resultados anualizados que, nesta análise, abrangem até o final de abril de 2024. A desaceleração nos percentuais de crescimento, apontada nos últimos números do Boletim, parece ter dado espaço a uma certa estabilidade na cadência de elevação dos estoques de vínculos legalizados de trabalho. Essas cadências continuam bastante diferenciadas: o Estado, uma vez mais, teve expansão relativa (2,2%) significativamente inferior à do total do Brasil (3,8%), recolocando-se, novamente, em última posição no ordenamento das variações das 27 UFs, seja nos últimos 12 meses, seja no acumulado dos quatro anos que a série do Novo Caged permite captar. A persistência dessa discrepância nos ritmos de crescimento faz-se sentir numa perda já perceptível de participação do Estado no estoque nacional de postos formalizados de trabalho.

O setor serviços concentrou 77,0% do saldo de 60,6 mil vínculos formais de trabalho criados entre abril de 2023 e o mesmo mês do corrente ano no Estado. A indústria foi o único setor a registrar retração do emprego, com perdas mais volumosas em setores tradicionais e grandes empregadores, em especial máquinas e equipamentos e couro e calçados. Foram nove dos 24 segmentos da indústria de transformação do Estado a fechar o ciclo de 12 meses com redução no número de trabalhadores. Dentre as atividades em que houve maior geração de vínculos formais no período, destacam-se serviços de escritório e administrativos, saúde e comércio, entre outros.

A análise dos atributos pessoais dos trabalhadores admitidos e desligados permitiu detectar a persistência das tendências que vêm sendo apontadas ao longo de boa parte da série do Novo Caged, iniciada em janeiro de 2020: o acesso aos vínculos adicionais de emprego formal tem consagrado pequena predominância das mulheres, de um lado, e, de outro, um forte predomínio dos trabalhadores muito jovens e dos indivíduos com ensino médio completo ou incompleto.

As nove Regiões Funcionais do Estado registraram, nos 12 meses priorizados nesta análise, alguma elevação dos seus estoques de empregados formais, mas houve marcante disparidade dos resultados, que se distribuíram entre 0,6%, na RF 7 (Noroeste), e 4,0%, na RF 9 (Norte).

Os salários médios reais de admissão, entre abril de 2023 e abril último, cresceram mais (3,8%) no Estado do que no total do País (2,0%). Setorialmente, a indústria apresentou o melhor resultado, com elevação de 4,3%, seguida dos serviços (4,0%).

Esta análise periódica, realizada com indicadores que alcançaram até abril de 2024, foi feita sob a grande expectativa pelas primeiras mensurações do impacto negativo, sobre o mercado de trabalho gaúcho, da tragédia climática que assolou o Estado em maio último. Pode-se antever que as perdas se mostrarão severas, e a recuperação demandará, além de todos os esforços de Estado e sociedade, um intervalo de tempo considerável.

Box**PERSPECTIVAS PARA O MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL A PARTIR DO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2024**

Tendo em vista os impactos socioeconômicos de grande intensidade provocados pelas enchentes no Rio Grande do Sul ao final de abril e durante maio de 2024, este box procura elaborar um esboço preliminar das perspectivas para o mercado de trabalho do Estado a partir do segundo trimestre deste ano. O foco concentra-se em quatro indicadores do mercado de trabalho produzidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): a taxa de participação na força de trabalho (TPFT), o nível de ocupação (NO), a taxa de desocupação (TD) e a taxa de informalidade (TI).

A interrupção parcial das atividades econômicas e as limitações à mobilidade da População em Idade de Trabalhar, claramente colocadas no mês de maio e que se estenderão por junho, devem resultar em uma retração da TPFT no RS, no segundo trimestre de 2024. A sua magnitude, todavia, ainda que envolva em muitas incertezas, talvez não seja tão grande quanto aquela verificada no segundo trimestre de 2020, durante a pandemia de COVID-19: a TPFT registrou uma queda no Estado, na comparação com o segundo trimestre de 2019, de 4,8 pontos percentuais, tendo passado de 66,2% para 61,4%. Essa conjectura fundamenta-se na compreensão de que, no presente contexto, não estão vigentes as medidas de distanciamento social de 2020, durante a emergência sanitária, que contribuíram para ampliar a magnitude da retração da força de trabalho estadual.

Quanto ao NO, a expectativa é a de que ocorra uma acentuada retração do indicador no RS, no segundo trimestre de 2024, com a possibilidade de que esta perca nos dois trimestres subsequentes. Devido à redução da atividade econômica estadual, que somente será conhecida, na sua plenitude, quando o Departamento de Economia e Estatística (DEE-SPGG/RS) divulgar o Produto Interno Bruto estadual do período, é provável que o NO tenha uma queda intensa, particularmente no segundo trimestre de 2024.

Espera-se, também, um impacto relevante da retração da atividade econômica, no segundo trimestre de 2024, sobre a TD estadual. Este talvez seja até mais intenso do que o verificado em 2020, quando a recessão econômica causada pela pandemia de COVID-19 e por uma severa estiagem fez com que o indicador passasse de 8,5% no primeiro trimestre, para 9,7% no segundo trimestre e 10,5% no terceiro trimestre daquele ano, seu nível máximo na série temporal da PNAD Contínua. Isso porque, naquele contexto, em 2020, particularmente no segundo trimestre, ocorreu, como visto há pouco, uma grande queda da TPFT, o que arrefeceu a elevação da desocupação. Todavia, essa compreensão não implica que a TD no RS, em sua série temporal trimestral, em 2024, necessariamente, venha a atingir um novo nível máximo, uma vez que o indicador se situava, no primeiro trimestre deste ano, em patamar relativamente baixo, 5,8%, diferentemente do que ocorria no primeiro trimestre de 2020.

No que diz respeito à TI, considera-se que seja pouco provável que ocorra uma grande queda do indicador no mercado de trabalho do RS, no segundo trimestre de 2024, à semelhança do que foi observado durante a pandemia de COVID-19, em 2020. Nesse ano, a TI atingiu, no segundo trimestre, 29,8%, situando-se muito abaixo da verificada no mesmo trimestre de 2019, 33,1% — em realidade, 29,8% passou a ser o piso do indicador na série temporal da PNAD Contínua. Tal comportamento deveu-se ao fato de que os trabalhadores informais foram mais negativamente atingidos pela emergência sanitária, uma vez que necessitam realizar suas atividades, via de regra, presencialmente, o que estava limitado pela adoção de medidas de distanciamento social, conduzindo-os, em parte, à inatividade econômica. Por mais que existam restrições à mobilidade dos trabalhadores informais no contexto atual, sugere-se que situação semelhante à provocada pela pandemia de COVID-19 não se colocará com a mesma intensidade.

De forma sumária, confirmando-se, em maior ou menor medida, as expectativas descritas neste box a respeito das perspectivas para o mercado de trabalho do RS em 2024, a convicção é a de que o seu processo de melhora está comprometido pelos efeitos socioeconômicos da calamidade climática que atingiu o Estado em abril e maio de 2024.

REFERÊNCIAS

- BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: SPGG/DEE, v. 5, n. 1, 2023. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho>. Acesso em: 15 abr. 2023.
- BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: SPGG/DEE, v. 6, n. 1, 2024. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho>. Acesso em: 30 maio 2024.
- BRAGA, D.; ASSUNÇÃO, G.; HIDALGO, L. **Package PNADclBGE**. Vienna: Comprehensive R Archive Network, 2024. Disponível em: <https://cran.r-project.org/web/packages/PNADclBGE/index.html>. Acesso em: 1 fev. 2024.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Base estatística RAIS**. Brasília, DF: MTE, 2024a. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>. Acesso em: 04 jun. 2024.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Estatísticas mensais do emprego formal** — Novo Caged: dezembro 2023. Brasília, DF: MTE, 2024b. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>. Acesso em: 06 jun. 2024.
- CONCEIÇÃO, C. S.; LAZZARI, M. R.; FANTINEL, V. D. **Resultados do PIB Trimestral do Rio Grande do Sul** — 4.º trimestre de 2020. Porto Alegre: SPGG/DEE, 2021. (Nota Técnica n. 34). Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/upload/arquivos//pib-trimestral-rs-4-trim-2020-nt-dee-34.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2021.
- CONCEIÇÃO, C. S.; LAZZARI, M. R.; FANTINEL, V. D. **Resultados do PIB Trimestral do Rio Grande do Sul** — 4.º trimestre de 2023. Porto Alegre: SPGG/DEE, 2024. (Nota Técnica n. 90). Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/upload/arquivos//pib-trimestral-rs-4-trim-2023-nt-dee-90.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2024.
- HOFFMANN, H.; BOTASSIO, D.; JESUS, J. **Distribuição de renda** – medidas de desigualdade, pobreza, concentração, segregação e polarização. São Paulo: Edusp, 2019.
- IBGE. **Medidas de subutilização da força de trabalho**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. (Nota técnica, n. 2). Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Nota_Tecnica/Nota_Tecnica_022016.pdf. Acesso em: 12 maio 2021.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: PNAD Contínua — Microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2024a. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html?caminho=Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Microdados/2023. Acesso em: 17 maio 2024.
- IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. Rio de Janeiro: IBGE, 2024b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7060>. Acesso em: 19 fev. 2024.
- IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua — Divulgação Trimestral — 1.º trimestre de 2024. Rio de Janeiro: IBGE, 2024c. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadct/brasil>. Acesso em: 17 maio 2024.
- ILO. **Key indicators of the labour market**. Geneva: ILO, 2016. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---stat/documents/publication/wcms_498929.pdf. Acesso em: 12 ago. 2020
- LUMLEY, T. **Package survey**. Vienna: Comprehensive R Archive Network, 2024. Disponível em: <https://cran.r-project.org/web/packages/survey/index.html>. Acesso em: 20 mar. 2024.
- OIT. **Resolución sobre las estadísticas del trabajo, la ocupación y la subutilización de la fuerza de trabajo**. Ginebra: OIT, 2013. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dqreports/---stat/documents/normativeinstrument/wcms_234036.pdf. Acesso em: 5 jun. 2019.
- PESSOA, D.; DAMICO, A.; JACOB, G. **Package convey**. Vienna: Comprehensive R Archive Network, 2024. Disponível em: <https://cran.r-project.org/web/packages/convey/index.html>. Acesso em: 29 jan. 2024.



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL